



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE MIRACEMA
CURSO DE PSICOLOGIA

MATEUS ARAÚJO DE OLIVEIRA

**IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO À
VIOLÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LAJEADO/TO**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2023

Mateus Araújo de Oliveira

**Implantação e implementação da rede de enfrentamento à violência do Município de
Lajeado/TO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus universitário de Miracema para obtenção de nota para a disciplina Produção de Trabalho Final de Graduação II.

Orientador(a): Prof. Dra. Juliana Biazze Feitosa

Miracema do Tocantins, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- O43i Oliveira, Mateus Araújo de.
Implantação e implementação da rede de enfrentamento à violência do Município de Lajeado/TO. / Mateus Araújo de Oliveira. – Miracema, TO, 2023.
92 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2023.
Orientadora : Juliana Biazze Feitosa
1. Políticas sociais. 2. Enfrentamento às violências. 3. Intersetorialidade. 4. Redes de proteção. I. Título

CDD 150

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MATEUS ARAÚJO DE OLIVEIRA

IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO À
VIOLÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LAJEADO/TO

Monografia apresentada à UFT - Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, curso de Psicologia foi avaliado para obtenção do título de bacharel em psicologia e aprovado em sua forma final pela orientadora e pela banca examinadora.

Data de aprovação: 13/12/2023

Banca examinadora:

Profa. Dra. Juliana Biazze Feitosa, Orientadora, UFT

Prof. Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento, Examinador, UFT

Prof. Me. Emerson Luz Perez, Examinador, SESA/PR

AGRADECIMENTOS

A mim que venceu esse processo, que conheceu, aprendeu, se divertiu, chorou, cantou, lutou. Por ser o primeiro da minha família a ingressar e terminar o ensino superior em uma universidade pública de ensino, homem negro, filho de agricultor do interior do Pará e cotista.

Aos meus pais, senhor Daniel Feio OLiveira e senhora Carmem Leonires Araújo de Oliveira, que muito me apoiaram, nunca deixaram faltar nada, me ensinaram a ter empatia, respeito e a viver. Aos puxões de orelhas quando precisei, vocês conseguiram me educar para eu chegar aqui hoje. As comidas tradicionais familiares que sempre me lembraram de onde eu era e nunca deixaram eu esquecer minhas raízes, o açaí do Dani o mais grosso, os bolos da dona Carmem, os doces, os salgados em especial o bolo de macaxeira caramelizado.

Aos conselhos dos meus mais velhos em especial do meu bisavô Izaltino, minha avó Umbelina Feio Oliveira pelas palavras de carinho e afeto que tanto me proporcionaram progressão ao longo da vida.

Aos meus irmãos e minhas irmãs Marcela Araújo de Oliveira, Marciele Araújo de Oliveira e Madson Araújo de Oliveira, que sempre estiveram ao meu lado afetivamente, mesmo que distante fisicamente e por me aguentarem nas férias.

Aos meus Tios, Delson Oliveira e Cristina Gemaque que em muitos momentos difíceis estiveram comigo, sempre tentando me dar o melhor. A Elizangela Matos por sempre ter um espacinho da sua casa quando eu voltava do Tocantins e um cafezinho no finalzinho da tarde.

À minha segunda família que foi construída durante os 5 anos que vivi em Miracema, que me acolheram, compartilharam de momentos afetuosos, engraçados.

Aos meus amigos que mesmo depois de 5 anos de entendimentos, desentendimentos, partilhas, brigas, continuam do meu lado: Auriene Santos, Camila Stefhani, Carlos Leonardo, Daniele Vasco, Débora Amaral, Jayne Pereira, Lyon Christian, Maria Luiza, Sibelle Couto, Vitória Francisca. Pessoas que foram se tornando especiais ao longo da minha caminhada contribuindo para o meu crescimento pessoal e formação profissional.

Ao Senhor Gentil Jesuíno e a dona Luiza Pereira por me acolherem e se tornarem pessoas muito importantes na minha caminhada no curto período que passei no Tocantins.

À Marina Lira juntamente com a sua família que no último ano de graduação tornou muitos momentos leves e agradáveis, divertidos.

A todos que em algum momento passaram em minha vida e deixaram um pouquinho de experiência e histórias.

Aos técnicos da Universidade Federal do Tocantins campus de Miracema, por tornarem minha graduação menos dolorosa, em especial ao Senhor Jarbas e Gilmar por sempre disponibilizar o cafezinho e pelas conversas, ao “Wiro Beck” e Roberto pelo cuidado e trocas de conversas.

Aos colaboradores da minha pesquisa, sem eles eu não conseguiria realizar esse TCC, Obrigado pela confiança e informações.

À minha orientadora prof. Dr. Juliana Biazze Feitosa por ter me aceitado trilhar o caminho da pesquisa, desde a iniciação científica voluntária há 2 anos atrás, Estágio Comum de Núcleo 2 onde tive contato com a Rede de enfrentamento às violências e finalizando com o TCC, obrigado pelas orientações e carinho nos momentos difíceis, por ter empatia no meio desse processo de finalização da graduação.

À Minha banca composta pelo Prof. Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento e Me. Emerson Luiz Peres que aceitaram participar da banca examinadora e contribuir para que meu trabalho melhorasse e para o meu crescimento profissional, bem como desenvolvimento maior como pesquisador.

A Universidade Federal do Tocantins por me oferecer qualidade de ensino, pesquisa e extensão e também condições de permanência para que eu pudesse concluir meu ensino superior, gratuito e de muita qualidade.

A Pró reitoria de pesquisa e extensão que me proporcionaram conhecimento extramuros da realidade social.

RESUMO

A rede de prevenção às violências compreende um conjunto de serviços e seus atores sociais reunidos em busca de um objetivo comum, a proteção social. Reconheceu-se essa rede como não estática e unívoca, a rede aqui exposta no trabalho esteve em constantes movimentos de comunicação e articulação. Isto posto, este trabalho teve como objetivo a análise do processo de implantação e implementação da rede de enfrentamento às violências de Lajeado-TO, identificando as potencialidades e desafios envolvidos nesse processo no modo de produção capitalista. Em se tratando do percurso metodológico, o trabalho caracterizou-se como pesquisa de campo qualitativa, documental e de campo. A pesquisa foi realizada no município de Lajeado, às margens da rodovia TO-010, entre as cidades de Miracema do Tocantins, Tocantínia e Palmas. O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Os dados foram organizados em categorias de análise e interpretadas a partir da história, inspirados no materialismo histórico-dialético e nas diretrizes técnicas sobre o trabalho em rede. Houve análise dos relatórios de estágios curriculares dos anos de 2021 e 2022, a interpretação deu-se em virtude da análise documental. No que tange aos resultados, compreendeu-se que o processo de implantação da rede de enfrentamento às violências se efetivou no município e a implementação ocorreu por meio das atividades: reuniões, capacitações e eventos com a comunidade. Entretanto, foi percebido a lógica da setorialização e individualização nos serviços; o que inviabilizou, amiúde, o trabalho em rede, embora, todos os serviços devessem trabalhar em conjunto para que houvesse identificação, notificação, atendimento e estudos de casos. Entendemos que esses embaraços e entraves que ocorrem nas políticas públicas sociais são expressões do modelo econômico capitalista que preza pela individualidade e fragmentação, o que pode contribuir para o enfraquecimento das políticas sociais. Por conseguinte, se faz cada vez mais necessário o trabalho em rede, intersetorial, interdisciplinar, transdisciplinar, não hierarquizado e horizontalizado como metodologias de enfrentamentos às violências, tendo em vista a responsabilidade das políticas públicas sociais, juntamente para com seus atores sociais para com os usuários.

Palavras-Chaves: Políticas sociais. Enfrentamento às violências. Intersetorialidade. Redes de proteção.

ABSTRACT

The violence prevention network comprises a set of services and their social actors gathered in pursuit of a common goal, social protection. This network was recognized as non-static and univocal, the network presented in this work was constantly moving through communication and coordination. With that said, this work aimed to analyze the process of implementation and implementation of the violence confrontation network in Lajeado-TO, identifying the potentialities and challenges involved in this process within the capitalist mode of production. Regarding the methodological approach, the work was characterized as qualitative, documentary, and field research. The research was conducted in the municipality of Lajeado, along the TO-010 highway, between the cities of Miracema do Tocantins, Tocantínia, and Palmas. The data collection instrument was semi-structured interviews. The data were organized into analysis categories and interpreted based on history, inspired by historical-dialectical materialism and technical guidelines on networking. The internship reports from the years 2021 and 2022 were analyzed, and the interpretation was carried out based on documentary analysis. As for the results, it was understood that the implementation process of the violence confrontation network was effective in the municipality, and implementation occurred through activities such as meetings, training, and community events. However, a logic of sectoralization and individualization in services was perceived, often hindering network work, although all services were supposed to work together for identification, notification, assistance, and case studies. We understand that these obstacles and barriers in social public policies are expressions of the capitalist economic model that values individuality and fragmentation, which can contribute to the weakening of social policies. Therefore, network work becomes increasingly necessary, with intersectoral, interdisciplinary, transdisciplinary, non-hierarchical, and horizontal methodologies for confronting violence, considering the responsibility of social public policies, together with their social actors, towards users.

Keywords: Social policies. Confronting violence. Intersectorality. Protection networks.

LISTA DE SIGLA E ABREVIATURAS

CAEE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP - UFT	Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins
CDIs	Conselhos de Direitos dos Idosos
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
CF	Constituição Federal
DIPs	Distritos Integrados de Polícia Civil DPE – Defensoria Pública
EJA	Escola de Jovens e Adultos
FUnATI	Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MP	Ministério Público do Amazonas
MVCI	Mortes Violentas por Causa Indeterminada
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PIVIC	Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica
PIBIC-UFT	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PGE	Projetos de grandes escalas
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
RAS	Redes de Atenção à Saúde
RENADI	Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa
RIMA	Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEJUSC	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
SSP	Secretaria de Estado de Segurança Pública
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TO	Tocantins

UFT	Universidade Federal do Tocantins
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UPA	Unidades de Pronto Atendimento
UHE	Usina Hidrelétrica
UFs	Unidades Federativas
VCCA	Violência Contra Crianças e Adolescentes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	TOCANTINS: A HISTÓRIA PROFANA.....	17
2.1	Violência Territorial.....	19
2.2	Religiosidade e construção do estado.....	21
2.3	Lajeado: apenas cidades das águas?.....	22
2.3.1	A hidrelétrica e consequências Territoriais.....	27
2.4	Rede de Serviços públicos de Lajeado-TO.....	30
3	AS REDES DE ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS.....	32
3.1	Redes na era do capital: possibilidade ou utopia?.....	37
4	PERCURSO METODOLÓGICO.....	43
4.1	Classificação da pesquisa.....	43
4.2	Fonte de dados e procedimentos.....	44
4.3	Questões éticas.....	46
4.4	Tratamento e análise dos dados.....	46
4.5	Apresentação dos dados.....	47
5	REDE DE ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS? VISÃO DE ALGUNS PROFISSIONAIS DE LAJEADO/TO.....	48
5.1	A rede de enfrentamento às violências de Lajeado.....	48
5.2	Identidades: Quem são os profissionais que compõem a rede de enfrentamento às violências?.....	59
5.3	Implantando e implementando: visão dos profissionais sobre a rede.....	61
5.4	A rede não é uma reunião a cada 15 dias.....	64
5.5	As perguntas complicadas: Quais as potencialidades e dificuldades da rede? ...	68
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
	REFERÊNCIA.....	75
	APÊNDICES.....	83
	ANEXO.....	87

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva analisar o processo de implantação e implementação da rede de enfrentamento às violências do município de Lajeado do Estado do Tocantins, partindo da pergunta: Quais as potencialidades e desafios envolvidos no processo de implantação e implementação de uma rede de enfrentamento às violências, no modo de produção capitalista?

A pesquisa versa sobre Lajeado do Tocantins, segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2023), atualmente este município possui uma População que no último censo de 2022 foi de 3.357 pessoas. Lajeado já fez parte de Tocantínia/TO, contudo foi desmembrada em 1990 depois da promulgação da CF (Constituição Federal). Conhecida como a cidade das águas, apresenta vistas deslumbrantes, também possui a Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, que mudou a dinâmica de vida de muitos moradores, a saber os ribeirinhos que viviam da pesca, mudou a dinâmica da cidade que teve que comportar um número expressivo de pessoas que vieram trabalhar na construção da Hidrelétrica.

Vale esclarecer que a rede de enfrentamento às violências do município de Lajeado - TO (Tocantins) foi implantada em 2021, por meio do estágio curricular em Psicologia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), supervisionado pela professora orientadora da referida pesquisa, do qual também fiz parte, conforme detalhado no capítulo II, “O retrato do processo de implantação e implementação: Rede de enfrentamento às violências/ Lajeado-TO”: Esse foi mais um motivador e uma temática que durante a graduação me aproximei desde o PIVIC (Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica) e posteriormente o PIBIC-UFT (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), com grande curiosidade para entender o papel dos psicólogos frente às violências. Inicialmente no PIVIC pesquisei a violência sexual contra crianças e adolescente a partir da história e posteriormente no PIBIC-UFT sobre a saúde integral dos conselheiros tutelares.

Outro motivo foi pessoal, uma vez que meu pai trabalhou como conselheiro tutelar, foram esses os motivos para a proposição do nosso estudo, pois espera-se que com a pesquisa consigamos balizar os resultados de nossa ação no estágio.

Entendemos a violência como um fenômeno histórico e multifacetado, que influencia circunstancialmente o modo de funcionamento societal, uma vez que nossa sociedade foi fundada sob a lógica da desigualdade, racismo, sexismo, idadeísmo, dentre outros tipos de violência, implícita ou explícita.

(...) A violência apresenta uma multiplicidade de aspectos concretos que exigem definições precisas e demandam respostas específicas. A violência de uma greve não tem a mesma natureza que a violência de uma bomba atômica. De maneira análoga, a violência "institucional" ou "estrutural", que se esconde por trás de máscaras legais e se manifesta de forma pacífica, é muito diferente da violência revolucionária ou militar. Observemos apenas que, em geral, as violências explícitas chamam mais a atenção do que as veladas, sendo, portanto, as primeiras as que são denunciadas com maior veemência (DOMENACH, 1981, p. 39, tradução nossa)¹.

Devido à complexidade da violência, o trabalho em rede se torna uma estratégia para o seu enfrentamento. A etimologia da palavra rede significa: “imagem de fios entrelaçando-se em nós e formando um novo objeto, com uma nova utilidade em relação aos fios soltos, (...) estruturas de entrelaçamento de fios, linhas ou cordas, tais como as redes de pesca e as redes de descanso” (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2014, p. 527). Quando uma rede de pesca tem um furo maior que o inicial, houve uma ruptura das linhas que interligam e a sua funcionalidade ficará prejudicada.

A noção de rede como um emaranhado de relações das quais os indivíduos constituem os nós, significa uma transformação das ideias sobre organização social. Rede social é entendida como (...) Vínculos que possuem diversas naturezas, que podem ter sido construídos intencionalmente ou não e que estão em constante interação e transformação (JUNQUEIRA, 2000, p.38).

Assim funciona a rede de enfrentamento às violências quando os serviços não estão trabalhando em conjunto. A rede furada não é jogada fora, mas sim amarrada com uma linha nova para assim ter novamente sua funcionalidade. Nesse silogismo de rede de pesca e Rede de proteção que devemos levar em consideração qual o propósito da rede de proteção.

Nesse entrelace devemos compreender o significado de rede de proteção social como:

(...) uma articulação de pessoas, organizações e instituições com o objetivo de compartilhar causas e projetos, de modo igualitário, democrático e solidário. É a forma de organização baseada na cooperação, na conectividade e na divisão de responsabilidades e competências (MOTTI; SANTOS, 2008, p. 04).

Trabalhar em rede exige postura interdisciplinar, integradora de saberes e práticas resolutivas, todavia, para que isso se efetive faz-se necessário uma visão não fragmentada das políticas sociais e dos serviços que deveriam agir em parceria:

As redes sociais se expressam como um conjunto de pessoas e organizações que se relacionam para responder demandas e necessidades da população de maneira integrada, mas respeitando o saber e a autonomia de cada membro. Com isso, as

¹ (...) La violencia presenta una multitud de aspectos concretos que obligan a definiciones precisas y que requieren respuestas particulares, La violencia de la huelga no es de la misma naturaleza que la violencia de la bomba atómica. Análogamente, la violencia "institucional" o "estructural", que se oculta tras máscaras legales y se ejerce pacíficamente, es muy distinta de la violencia revolucionaria o militar. Observemos únicamente que en general llaman más la atención las violencias abiertas que las ocultas, y por consiguiente son aquellas las que se denuncian con más vehemencia (DOMENACH, 1981, p. 39).

redes constituem um meio de tornar mais eficaz a gestão das políticas sociais, otimizando a utilização dos recursos disponíveis. Ao preservarem a identidade de cada membro e sua competência na gestão dos recursos, fazem com que essas organizações se integrem, tanto na concepção das ações intersetoriais quanto na sua execução, para garantir à população seus direitos sociais (JUNQUEIRA, 2000, p.40).

O resultado dessas articulações será expresso no que a autora chama de novo paradigma, ou seja, novas formas de organização, considerando a prática reformadora da realidade, tal qual, a mudança de ótica dos atores sociais que fazem parte dessas redes. É uma nova forma de produção de conhecimento expresso num coletivo que destina o entendimento da realidade social de uma forma alheia, outrora.

Nas redes os objetivos, definidos coletivamente, articulam pessoas e instituições que se comprometem a superar de maneira integrada os problemas sociais. Essas redes são construídas entre seres sociais autônomos, que compartilham objetivos que orientam sua ação, respeitando a autonomia e as diferenças de cada membro. Daí a importância de que cada organização pública — estatal ou privada — desenvolva seu saber para colocá-lo de maneira integrada a serviço do interesse coletivo (JUNQUEIRA, 2000, p.39).

Cabe ressaltar a crítica de Frigotto (2008), se não houver a superação da segmentação que é fruto da organização econômica vigente na sociedade capitalista, expressa nos serviços e saberes individualizando as práticas, não há de fato trabalho em rede. Na sociedade do nosso tempo, uma das formas de superar o trabalho individualizado, segundo Junqueira (2000), é a intersectorialidade, tendo em vista a aproximação e troca colaborativa entre os serviços da rede, exigindo uma mudança circunstancial no modo de organização das políticas públicas, na produção de novos saberes e a transectorialidade (JUNQUEIRA, 2000).

Cabe destacar que existem as intersectorialidades, cada uma expressa sua gênese no contexto da qual faz parte, ou seja, vai se adequando de acordo com a demanda expressa.

É como ondas, as intersectorialidades vão se revelando e se alternando ao sabor do tempo, das conjunturas e dos atores: a 1ª onda – Utilitarista, reforça o estado mínimo e tutelado pelo mercado “passa o pires” e compartilha responsabilidades; a 2ª onda – Racionalizadora, detecta que há fragmentação nas políticas e nas ações que comprometem a efetividade do Estado e busca eficiência; a 3ª onda, está por vir – a Interdependência generosa em que a intersectorialidade não é apenas a instalação de arranjos multisetoriais, mas a decisão ético-política deliberada de que o Estado e sua gestão e políticas servem ao interesse comum (AKERMAN, *et al*, 2014, p. 4298).

A rede se efetiva a partir de um processo de comunicação e interconexões entre os serviços, que deve ser estimulado na formação acadêmica. Para Inojosa (2001), a segmentação/fragmentação começa no saber, onde cada um possui um conhecimento sobre um determinado aspecto da realidade social e atua de forma isolada.

(...) a intersetorialidade tem sido considerada como: uma nova lógica de gestão, que transcende um único “setor” da política social; e/ou uma estratégia política de articulação entre os “setores” sociais diversos e especializado. Além disso, relacionado à sua condição de estratégia, a intersetorialidade é entendida como: instrumento de otimização de saberes; competências e relações sinérgicas, em prol de um objetivo comum; e prática compartilhada, que requer pesquisa, planejamento e avaliação para realização de ações conjuntas (PEREIRA, 2014, p.23).

Ainda conforme a autora, a clareza com que as gestões dos serviços possuem sobre a intersetorialidade guiará na troca com os outros serviços, tal qual o saber será equânime e colaborativo, não podendo haver sobreposição ou hierarquização. Uma das formas de superação desse saber calcado no idealismo é por meio das atividades interdisciplinares/multidisciplinares, que fazem os alunos na graduação compreenderem a importância do trabalho com outros serviços, outras áreas, dessa forma, obtêm-se uma ótica ampliada da realidade social e atuação, conseqüentemente.

Por conseguinte, é pela perspectiva dialética, e não linear, ou meramente agregadora, que a intersetorialidade das políticas sociais deve se pautar, caso queira ser fiel a realidade - que, por natureza, é dialeticamente histórica, contraditória e totalizante - e não pretenda transformar decisões políticas, efetivamente conflituosa, em neutras prescrições administrativas (PEREIRA, 2014, p.24).

A autora focaliza no prefixo inter que diz respeito, tanto a interdisciplinaridade, quanto a intersetorialidade para formalizar a dialética, uma vez que esse prefixo não se reduz ao uno, mas a transformações em parâmetro com a realidade, nos movimentos de contradições o particular se une ao universal e vice-versa. Ademais, destaca a importância de se afastar do idealismo e positivismo, aproximando-se da realidade/totalidade, “mas não de qualquer totalidade; e sim, daquela que não suprime suas contradições, não retifica as suas sinuosidades e não desconsidera o seu caráter histórico, dinâmico e relacional” (PEREIRA, 2014, P. 29).

Outrossim, é importante ter claro a diferença entre intersetorialidade e intrassetorialidade, cada uma possui aspectos singulares no que tange às instituições. A fim de esclarecer essas diferenças tomamos como base a Portaria nº 2.446 referente a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS):

V - a intersetorialidade, que se refere ao processo de articulação de saberes, potencialidades e experiências de sujeitos, grupos e setores na construção de intervenções compartilhadas, estabelecendo vínculos, corresponsabilidade e cogestão para objetivos comuns; VI - a intrassetorialidade, que diz respeito ao exercício permanente da desfragmentação das ações e serviços ofertados por um setor, visando à construção e articulação de redes cooperativas e resolutivas; (BRASIL, 2014b, p. 01).

Enquanto a intersetorialidade versa pela cooperação entre as diferentes políticas públicas, como por exemplo: entre a saúde, educação, assistência social; a intrassetorialidade

relaciona-se com as particularidades de cada política e segmento de um serviço, que em suma devem promover ação conjunta para atingir objetivos comuns; diz respeito a interprofissionalidade de um setor. Haverá uma discussão mais aprofundada no capítulo 2 sobre a intersetorialidade e a intrassetorialidade. Contudo, as realidades de cada serviço podem se mostrar desafiadoras, tendo em vista que, atuam com focos diferentes na saúde, na educação, assistência social, conselho tutelar (CT), além da especificidade do público atendido. Ter focos diferentes equivale a vislumbrar a demanda de forma diferente. Além de haver essa peculiaridade de cada serviço, dentro dos serviços também existem as singularidades de cada setor, o que pode contribuir para que o serviço exerça suas atribuições, tal qual divergir do serviço prestado por outros profissionais do mesmo (NJAINÉ, 2006).

A transdisciplinaridade, decorre do reconhecimento de que cada caso deverá ser conduzido de uma maneira e por todos os profissionais, entendendo a singularidade das intervenções e dos usuários. “Para que a configuração transdisciplinar se torne verdadeira é preciso que o psicólogo, por exemplo, seja introduzido na área de seu colega assistente social e na área de seu colega psiquiatra e vice-versa (IRIBARRY, 2003, p. 484).” Nesse modelo de trabalho, não há hierarquias, todos os profissionais estão envolvidos reciprocamente, não há um saber preponderante que está acima dos outros, se um serviço não puder solucionar uma demanda pode pedir a contribuição de outro e assim sucessivamente (IRIBARRY, 2003).

Segundo o autor supracitado, não pode haver verticalidade nesse modelo de trabalho em equipe, uma vez que, “Uma equipe será transdisciplinar quando sua reunião congregar diversas especialidades com a finalidade de uma cooperação entre elas sem que uma coordenação se estabeleça a partir de um lugar fixo (IRIBARRY, 2003, 484)”. Na rede de enfrentamento às violências existe uma coordenação, contudo não é autocrática, mas coletiva, no sentido de não invalidar os outros serviços em determinado momento, a coordenação serve para mediar ações e outras atividades.

Existem redes de proteções e não apenas uma estática, que possuem em comum o compromisso de promover direitos, prevenir e prestar assistência qualificada às vítimas de violência, sejam elas mulheres, crianças, adolescentes e idosos (BRASIL, 2011a; MOTTI; SANTOS, 2008). É importante saber que, ao:

Abordar o fenômeno da violência e as experiências de rede de proteção ou rede de prevenção significa investigar menos sua configuração e muito mais o quanto ela oferece de potencial de intervir, interromper, tratar ou superar a violência a que estão submetidas milhares de crianças, adolescentes, mulheres, idosos e demais grupos de risco. Sem deixar de abstrair o desenho dessas redes sob o prisma de sua institucionalidade e efetividade, é necessário, em um primeiro momento, tentar assimilar o quanto elas incorporam de parcerias e interconexões que possam

viabilizar o encaminhamento, o atendimento e a proteção às vítimas da violência e suas famílias. Em um segundo momento, investigar as diversas possibilidades de desenvolvimento de ações de prevenção (NJAINÉ *et al*, 2006, p. 1314).

Alguns autores como Njaine *et al* (2006), em palavras convergentes demonstram o quão importante é a prevenção e proteção das pessoas submetidas às violências, mesmo que, ao abordar a violência sob a égide da rede é falar sobre seu potencial interventor e protetor e não de sua estruturação enquanto um conglomerado de interconexões. Nesse sentido, é importante entender a gênese da rede enquanto serviços que se interligam e trocam informações para a superação das violências no seu potencial reformador.

Potencial reformador porque estamos em um estado capitalista produtor de violências, que assegura políticas sociais focalizadas e compensatórias, que não produzem mudanças e sim garantem o mínimo, atuando no campo da contrarreforma. As políticas públicas são as molas propulsoras do funcionamento das redes de proteção contra as violências.

Conforme as pesquisas abordadas ao longo do trabalho, percebe-se a importância dessa temática, evidenciando as potencialidades e os desafios das redes de enfrentamento às violências, consequentemente alimentando a literatura nacional sobre experiências de construção de redes. Entender a estruturação desse processo no modo de produção capitalista, implica reconhecer os limites das políticas públicas sociais para a superação da produção da violência, que é de ordem estrutural. Limites estes agravados pela precarização dos serviços, pela rotatividade de trabalhadores nos serviços públicos. Ademais, nossa pesquisa coloca em discussão o papel da universidade frente à experiência de implantação e implementação da rede de enfrentamento às violências no município de Lajeado-TO, evidenciando que também fazemos parte dessa rede, à medida que contribuimos em ações, capacitações e formações. Mas porque analisar o processo de implantação e implementação de uma rede de enfrentamento às violências?

Avaliar programas de violências se faz necessário em todos os seus estágios, uma vez que, coletar esses dados servem para fortalecimento da estruturação e consequentemente do cotidiano da rede de enfrentamento às violências, recursos, dentre outros fatores (SILVEIRA E PEIXOTO, 2010). Ainda segundo as autoras, existem dois tipos de avaliação a de programas de prevenção às violências a ex-ant e a ex-post, nosso trabalho se enquadra no processo de avaliação: Ex-post,

A avaliação ex-post é realizada nos programas/projetos em andamento ou concluídos. O objetivo é verificar se os componentes do programa/projeto são apropriados aos fins da iniciativa ou, determinar em que medida o programa/projeto atinge seus objetivos. Visa ainda identificar os efeitos do programa/projeto (SILVEIRA E PEIXOTO, 2010, p. 19).

Os desafios ainda são muitos, desde a implantação e implementação das redes de enfrentamentos às violências e por mais que saibamos que esse modelo é contra hegemônico ao capital, precisamos apostar nele para minimizar a fragmentação, individualidades, trabalhos setorizados produzidos pelo modo de produção capitalista. Outrossim, mostrar como a rede de prevenção às violências de Lajeado- TO foi implantada e está sendo efetivada, pode contribuir sumariamente para a implantação de outras redes em municípios vizinhos, contribuindo conseqüentemente para o fortalecimento das políticas sociais no estado do Tocantins.

O trabalho está organizado em: CAPÍTULO 1 TOCANTINS: A história profana; CAPÍTULO 2 AS REDES DE ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS; CAPÍTULO 3 PERCURSO METODOLÓGICO; CAPÍTULO 4 REDE DE ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS? Visão de alguns profissionais de Lajeado/TO e Considerações finais.

O primeiro capítulo diz respeito a história do Tocantins, o seu processo de criação do estado e também desenvolvemos uma síntese das violências que a população remanescente sofreu desde a invasão das terras em busca de riquezas pelos bandeirantes. Apresentamos também o município do contexto da pesquisa, Lajeado do Tocantins, sua história e fazemos um levantamento sociodemográfico, analisamos o impacto da hidrelétrica e as conseqüências para a população.

No segundo capítulo debatemos sobre as redes de enfrentamento às violências, a princípio elucidamos que existem as redes e não apenas uma. Por fim, trazemos as metodologias de trabalho: intersetorialidade, interdisciplinaridade e intrasetorialidade, apresentando os desafios também de se trabalhar no modo de produção capitalista.

O terceiro traz o caminho metodológico, sob a perspectiva da pesquisa qualitativa de campo, os mecanismos da rede de prevenção às violências, bem como a abordagem marxista que dá sustentação às nossas análises nos capítulos que se seguem.

O último capítulo diz respeito aos resultados da coleta de dados que fizemos no município de Lajeado por meio de pesquisa documental centrada nos relatórios de estágio de 2021 e 2022, realizados por alunos da Psicologia da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema do Tocantins.

Nas considerações finais apresentamos como o processo da rede de prevenção às violências tem um caráter reformador das políticas públicas sociais e o potencial do trabalho em rede, que apesar dos desafios para a sua efetivação é uma metodologia que contribui para o desenvolvimento de trabalhos coletivos.

2 TOCANTINS: A HISTÓRIA PROFANA

O Tocantins no Brasil colonial era ainda Norte do Goiás, passou por diversos processos de violências, entendido por muito tempo como o território pobre do Goiás, contudo vamos perceber que ao longo dessa narrativa, o Norte do Goiás já foi rendoso para o Brasil. Borges (1987) ressalta o processo de violência territorial, étnico e religioso que se deu em nome da miscigenação em torno do Rio Araguaia, rio este que deságua no Rio Tocantins. Comprendemos que a história apresentada pelo autor é a base da formação do estado do Tocantins, bem como foi o processo formativo do Brasil, sob o auspício da violência estrutural. O autor ainda ressalta que os viajantes atribuíam aos indígenas a perpetração de maus costumes,

A cultura Indígena imprimiu traços aos chegados, como a submissão mística aos elementos naturais, hábitos de alimentação, alguma medicina e o espírito de “barranqueiros”, mescla de indolência e de fatalismo, de preguiça e de esforço, em exaustivas marchas em busca de caça e de mulheres de outros grupos, ou ainda em excursões punitivas. Nesta humanidade firmada no Araguaia, vamos encontrar, nas cabeceiras as primeiras cidades, o tipo caboclo, original, tranquilo e malicioso, plantado em seu território cultural e nas mais desenvolvidas - Barra do Garças, Araguaína e Marabá - a mesma humanidade enxertada com elementos meio-cidadinos, em lenta adaptação (BORGES, 1987, p.100).

As bandeiras, assim eram chamadas as expedições dos exploradores/mineradores na busca de mais territórios com minas de ouro. A região do Goiás foi considerada uma das regiões mais ricas no período de mineração no Brasil, contudo esse período perdurou por 30 anos apenas, reduzindo ou acabando as jazidas de ouro. Em meados de 1760 esse declínio se intensificou em Minas Gerais e Mato Grosso. Os esgotamentos das jazidas ocasionaram o esvaziamento dos arraiais e conseqüentemente o esvaziamento da região, pois não tinha outras fontes rentáveis que abrilhantaram os olhos dos migrantes (PARENTE, 2007). Tais fatos históricos estão materializados na poesia, conforme segue:

A LUTA
Foi extensa a trajetória para a criação do Tocantins.
Tudo começou quando o Ouro, em Natividade,
Foi, de forma inesperada, encontrado
Ali na atual região sudeste deste estado
Que passou a ser Palco do processo de Povoamento
Do centro norte do Brasil, na época da colonização.(...) (SILVA, 2015, p. 14).

Muitos são os meios para conhecer a história do Tocantins e seus avessos, desde um estado que adquiriu sua independência e tem como mártir, Wilson Siqueira Campos, de acordo com Costa (2008, p. 212), um político que “no ano de 1978 apresentou à Câmara dos

Deputados o projeto de lei Complementar para criar o Estado do Tocantins”. Siqueira foi um grande aliado dos coronéis e da igreja, que a esta destinou mais recursos para a criação de muitas igrejas católicas no território Tocantinense (COSTAS, 2008). Outra maneira de entender a história é recorrendo ao período anterior a sua independência, que conforme Parente (2007), o atraso econômico do estado se deu conseqüentemente a normas de contrição estabelecida pelo Sul do Goiás, pois o Norte do Goiás em 1740 produzia em suas minas muito ouro, como forma de imposto passou-se a se cobrar o quinto na justificativa de não haver contrabando de ouro. Entretanto, esse período de ascensão durou pouco e logo as jazidas se esgotaram como já ressaltado.

(...) a partir do declínio da mineração, o norte Goiano passou a ser visto pela historiografia como sinônimo de atraso econômico e involução social, gerador de um quadro de pobreza para a maior parte da população. (...) No norte do Goiás, a crise econômica tornou-se crônica e sobreviveu ao período colonial, forçando a população a lutar para manter o mínimo indispensável a sua sobrevivência e a manutenção do equilíbrio precário no interior da região (PARENTE, 2007, p. 23-31).

A sobrevivência dos remanescentes no Norte do Goiás se deu por produção de mercadorias que não conseguiam exportar, ou seja, uma “economia de subsistência”, onde se produz para sobreviver, por meio de pequenas plantações e criação de animais.

Enquanto durou a melhor fase do ouro, o norte do Goiás sempre sofreu medidas que frearam o seu desenvolvimento. Quando do descobrimento das primeiras lavras no sul da capitania, a Coroa restringiu o escoamento do ouro a um único caminho. A partir do surgimento das minas do norte, foi proibida a navegação fluvial, eliminando-se, portanto, a maneira mais fácil e econômica de a região atingir outros mercados consumidores pelos rios Tocantins e Araguaia: os portos marítimos das capitanias do norte da colônia (PARENTE, 2007, p.86).

O Norte do Goiás foi abandonado pelo Sul do Goiás, ficou à mercê das intempéries da pobreza. Com o passar do tempo e a expansão do comércio e produção de grãos, precisou-se criar novas rotas de escoamento, antes pelo Rio, sendo que Porto Nacional e Pedro Afonso eram as cidades que mais se beneficiaram com as rotas marítimas. Em 1956,

O nome da rodovia Belém-Brasília situa-se no contexto desenvolvimentista do governo JK por meio da disposição da Lei nº2.975 de 27 de novembro de 1956 que abandonava o projeto rodo-fluviente por meio do projeto rodoviário houve a criação da BR-151 (DUTRA E SILVA, 2018, p.25).

Essa BR, liga Belém a Brasília e sua maior extensão está no Estado do Tocantins, essa nova rota facilitava as rotas comerciais, e por meio desse novo processo de desenvolvimento, cidades ao longo dessa rodovia foram se desenvolvendo cada vez mais e as interioranas perderam seu valor.

Na próxima seção abordamos as consequências das invasões territoriais do norte do Goiás. O processo de invasão corresponde a sérias violências contra os nativos, ademais buscamos situar a formação do Tocantins sob a égide das diversas formas de violências.

2.1 Violência Territorial

Os trabalhos nas minas no período colonial no Goiás e especialmente no Norte do Goiás foram marcados pela escravização inicialmente dos indígenas, contudo não houve êxito, pois os indígenas não estavam seguindo a lógica cultural dos brancos e acabavam fugindo para a floresta que conheciam muito bem. Posteriormente houve a escravização dos negros africanos para suprir a mão de obra. Encontrar riquezas demandava deslocamento de grandes áreas de terras, para isso usavam os indígenas, tendo em vista o desconhecimento do território (PARENTE, 2007).

(...) Enquanto os missionários tinham como objetivo o atendimento dos interesses da Igreja e das respectivas ordens religiosas, os colonos visualizavam os *indígenas* (índio) como um trabalhador a ser utilizado nos seus interesses imediatos. Já para a metrópole portuguesa, o índio era um povoador das áreas conquistadas e um participante do processo de colonização, pensamento que não impediu as constantes guerras de extermínio a população ameríndia em nome do “bem-estar” desses povos (CHAIM, 1974, p. 20).

As primeiras minas encontradas eram as aluviais, ou seja, as que ficavam nas beiras dos rios Araguaia e Tocantins, sendo montadas arraiais, locais que hospedavam os mineradores e seus escravos. Quando havia o esgotamento das minas eles migravam, contudo, algumas pessoas continuavam naqueles arraiais (PARENTE, 2007).

A princípio, formaram-se os arraiais no Sul onde foram descobertas as primeiras jazidas. O povoamento, à medida que surgiram novos achados acompanhavam o ouro em direção ao norte, originando vários Arraiais-verdadeiras ilhas, cada vez mais isoladas umas das outras. 58-59 em 1744 descobriu-se novos arraiais, Cavalcante, Arraiais, Conceição e Chapada, isso estimulou bandeiras na busca de novas minas (PARENTE, 2007, p.60).

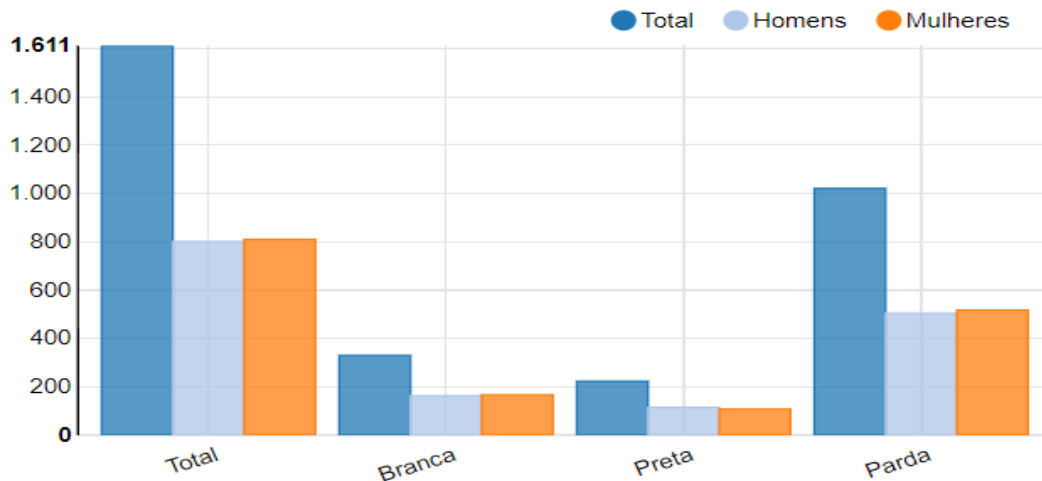
A instalação dessas pessoas nesses conglomerados acabou por produzir o que Parente (2007) chamou de Mestiçagem, pois a maior parte dessas pessoas eram homens que participavam da mineração, que não levavam suas mulheres para os arraiais e se relacionavam sexualmente com mulheres indígenas e negras, conforme descrito na citação:

Pela análise da população do norte do Goiás, no ano de 1804, percebe-se que predomina o elemento masculino, seja em virtude de caráter provisório da estadia dos mineiros na região, os quais não se preocupavam em levar suas famílias, como também do trabalho árduo das jazidas. Assim, o cruzamento com as índias e negras

escravas foi comum no início da mineração, dando origem a uma nova raça: a mestiça (PARENTE, 2007, p. 63).

Desse processo de mistura de raças, nasceu o que o IBGE chama de cor parda. No estado do Tocantins, de acordo com o Censo do IBGE de 2022 a maior parte da população é parda.

Figura 1 - Gráfico da população por cor no estado do Tocantins. 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual, 2023a

Os dados expostos no gráfico representam a história do povoamento do norte do país, relacionada ao processo violento da mestiçagem. O processo de branqueamento da população é um processo antigo e no início do século XX virou política de estado a Eugenia, no que diz respeito ao processo social e territorial do Goiás, percebemos que o sul era sinônimo de desenvolvimento e o norte de atraso. Segundo Rodrigues e Araújo (2019) existia um cidadão no início do século XX no Goiás que era preguiçoso, não trabalhava o chamado Jeca tatu, termo cunhado de Monteiro Lobato, todavia estava-se formando uma nação de homens fortes que estivessem produzindo. O Brasil precisava acompanhar as outras nações, as metrópoles eram desenvolvidas e os interiores atrasados, o Norte do Goiás foi assumindo esse status de atrasado pois não acompanhou os avanços econômicos do restante do País, bem como o processo de branqueamento não se consolidou.

Além da violência territorial, cultural e econômica, um estado assumir resquícios do seu passado que foi permeado por diversos fatores excludentes conforme visto acima, na próxima seção vamos apresentar a construção da religião se faz presente ainda hoje no território e na vida do tocantinense, apresentando suas contribuições para a formação do estado e seus entraves com os nativos.

2.2 Religiosidade e construção do estado

A religião católica e sua perpetuação no estado do Tocantins ocorreram por meio de missões no período das minerações, que tinha como um dos objetivos a humanização dos povos tradicionais. Esses padres desconsideravam toda e qualquer ligação dos povos tradicionais com suas religiões e seus deuses, sendo instituído os aldeamentos a fim de doutrinar os indígenas (Piagem, 2000). Por meio dos relatos dos historiadores podemos compreender como a formação do estado foi atravessada pela imposição de uma religião, não se respeitando a laicidade, conforme demonstrado abaixo:

Quando os missionários capuchinhos italianos chegaram ao Brasil e se adentraram nos Sertões do Tocantins, vieram determinados para a catequese dos (índio) *indígenas* Xerentes, Carajás e Karajás, nas margens do Tocantins e do Araguaia. Com a chegada dos Dominicanos, em 1881, a igreja deu mais um passo na formação do povo. Geralmente o padre construía uma igreja e uma escola (PIAGEM, 2000, p.73).

Os padres diocesanos foram assumindo as paróquias, fundaram quase todas as escolas do norte do Tocantins, possuindo até pouco tempo grande influência na educação e cultura dos vários municípios do Tocantins, materializada nos festejos aos padroeiros. Segundo Gaeta (1997), a sociedade civil da metade do século XIX deveria curvar-se a autoridade da Igreja Católica, entregar-se aos dogmas do catolicismo, tal qual a educação seria devota da igreja católica e os clérigos não se submetiam às normas do estado, essa é a concepção ultramontana. Magda Suely Pereira Costa em sua tese de doutorado ao remontar a história de Arraias por exemplo, confirma a não laicidade como base da construção do Estado brasileiro:

No Brasil, esta relação entre Igreja e Estado reside no próprio projeto colonial, implementado pela Coroa Portuguesa, que já nasceu com o binômio "evangelizar e colonizar". As duas esferas celebraram sua união no sistema de padroado régio, estabelecido desde 1532. Criando um departamento religioso do Estado Português, intitulado de Mesa da Consciência e Ordens, este estabelecia que a Igreja Católica fosse responsável pela evangelização e propagação da fé. E reservava ao Estado a incumbência de chefe civil e religioso com poder de interferir, controlar e custear a esfera religiosa no exercício da missão colonizadora (COSTA, 2008, p. 52).

O projeto de dominação custou a vida de muitos povos, principalmente os indígenas que aqui no território tocantinense viviam. O aldeamento foi uma das principais estratégias religiosas para catequizar e “humanizar os indígenas”. Um dos principais objetivos dos religiosos, aliados ao governo, era de introduzir os indígenas no mundo do trabalho, na leis/estatutos estabelecidas pela igrejas nos aldeamentos, não havia expreso a violência nos termos, pelo contrário, “evitava-se” termos como a violência (AMOROSO, 1988). Contudo o que se percebe é a arbitrariedade no trato da lei e da vida cotidiana, na qual segundo Amoroso

(1998, p.02) A recomendação da "brandura"² no trato com os índios empunhava a escola e a catequese contra a violência militar das bandeiras coloniais e outras violências presentes no cotidiano das frentes de colonização.

Esse é um retrato da formação do Estado do Tocantins, travestido de humanizado, porém, não passando de um projeto de dominação forçosa. A seguir vamos debruçar-nos na história de Lajeado-TO, para melhor compreensão do território da pesquisa.

2.3 Lajeado: apenas cidade das águas?

A história de Lajeado não diverge da formação do Estado do Tocantins, os primeiros moradores, Sergio Monteiro e Maria Monteiro, juntamente com Justiniano de Sales Monteiro Filho são nomeados como os principais responsáveis pelo desenvolvimento e do que se conhece hoje como município de Lajeado. Começou o apogeu desse município com pequenas construções, tal qual, Igreja de Nossa Senhora da Divina Providência (NUNES, 2014).

Cabe destacar que Lajeado já fez parte do Município de Tocantínia, “a emancipação de Lajeado como distrito de Tocantínia, dá-se no ano de 1991. E a sua instalação ocorreu em 1992” (NUNES, 2014, p. 11). Outro fator que merece destaque é a colonização municipal, os primeiros moradores chegaram na esperança de riquezas, uma vez que a cidade fica às margens do Rio Tocantins e antes da construção da Hidrelétrica era uma das principais rotas marítimas de escoamento de minério para o Sul do Goiás, portanto poderia ganhar relevância econômica.

Não obstante, o município de Lajeado é dividido em setores, sendo eles: Mirante, Áurea e Aeroporto.

O setor Mirante desenvolve-se, sobretudo a partir da construção do trecho da TO - 10 ligando a região a Palmas, trecho que antes passava por dentro da cidade. Já o setor Áurea desenvolveu-se com a construção de alojamento e zona de meretrício para os ‘peões’ que trabalhavam na construção da usina hidrelétrica que receberia o nome de ‘Luiz Eduardo Magalhães’. O Setor Aeroporto desenvolveu-se a partir da construção de casas populares e doação de lotes para as famílias de operários que decidiram se estabelecer na cidade após o fim da construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães (NUNES, 2014, p.14).

Percebemos que a explosão populacional e concomitantemente o desenvolvimento urbano se deu pela construção da barragem e posteriormente da rodovia TO-010, importante rota para ligar Lajeado a Miracema, que também viabiliza a rapidez do trajeto Palmas até a

² Considerada o mais completo instrumento de desenvolvimento humano, a escola, em tal projeto nacional, viabilizaria a formação de um "povo brasileiro" a partir de matrizes tão diversas e "rústicas" como índios e escravos africanos (AMOROSO, 1998. p.12).

BR-153 que fica às margens de Miranorte, principal rota comercial de grãos, bovinos e que liga o Tocantins ao Pará e Maranhão.

Nunes (2014) constata que Lajeado é a cidade das águas, todavia, possui um péssimo saneamento básico, paga-se caro pela energia elétrica que tanto prometeu desenvolvimento para o pequeno município. Como podemos perceber no índice de Desenvolvimento Sustentável das cidades, quando pesquisamos pela cidade de Lajeado-TO, identificamos que o nível de desenvolvimento sustentável está baixo. Atualmente está na posição 3572 de 5570 municípios do Brasil e existem 17 objetivos que são classificados por níveis de desenvolvimento sustentável, a saber: Muito alto - 80 a 100, Alto - 60 a 79,99, Médio - 50 a 59,99, Baixo - 40 a 49,99, Muito baixo - 0 a 39,99 e Informações indisponíveis. Os indicadores variam de 0 a 100 em relação ao objetivo que deve ser atingido (ICS & SDSN, 2023).

Figura 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de Lajeado-TO



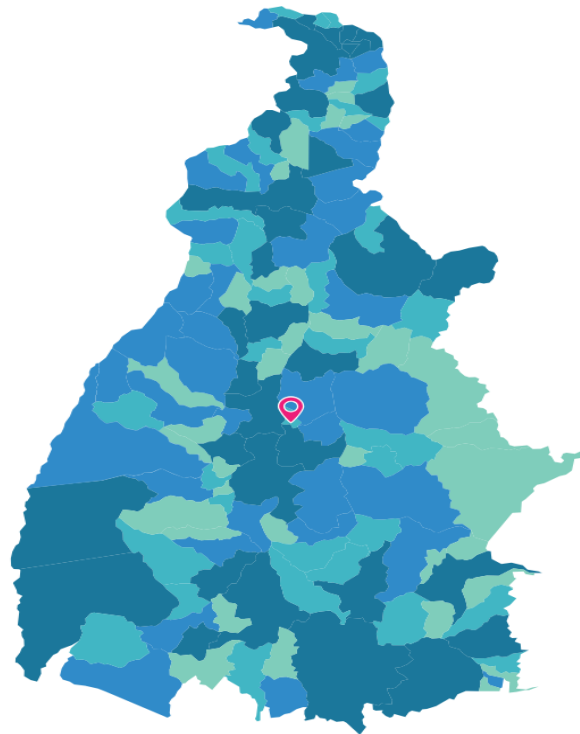
Fonte: Índices de desenvolvimento sustentável das cidades, 2023.

Percebemos que dentre os 17 objetivos apenas 1 está como muito alto, o 12º, três estão altos 3º, 10º e 11º e três estão na média 7º, 13º e 15º, conforme pode ser observado na figura 2. Os outros objetivos apresentam índices baixos e muito baixos e 1 com informações indisponíveis. Cabe destacar que a cidade das águas, conforme apresentado na figura, possui uma qualidade péssima de saneamento básico e água potável, a cidade que deveria produzir energia acessível está na média do índice. Outros fatores merecem destaque, como a erradicação da pobreza, erradicação da fome, educação de qualidade que deveriam ser prioridade, ainda apresentam índices baixos e muito baixo. No que diz respeito ao 16º ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável), observa-se que Paz, Justiça e Instituições Eficazes estão muito baixas (ICS & SDSN, 2023). Nesse sentido percebemos a necessidade de se trabalhar em rede objetivando a melhoria dessa ODS, mas precisa de investimento público para a superação dessa realidade.

Com a conclusão da hidrelétrica a cidade virou o que Nunes (2014) chamou de cidade dormitório: a maior parte dos moradores saem para trabalhar na capital Palmas e voltam para dormir.

A seguir vamos expor os índices populacionais, educacionais, trabalho e de saúde de Lajeado-TO para entender melhor qual o cenário que estamos desenvolvendo nossa pesquisa. Abaixo também apresentamos o município de Lajeado-TO, sua localização no Estado do Tocantins e sua composição territorial.

Figura 3 - Mapa do Tocantins com a localização de Lajeado-TO



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023a.

Figura 4 - Mapa de Lajeado-TO



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023a.

Em 2022, de acordo com o último censo do IBGE, a população do Município de Lajeado era de 3.357 pessoas. A maior densidade demográfica está entre as pessoas com idade entre 0-04 e 55-59 anos (masculino e feminino), mas também não podemos desconsiderar que existe uma população idosa, que se encontra entre os 60 anos a 100 e mais de 100, totalizando 261 pessoas entre o sexo masculino e feminino (BRASIL, 2023c).

No que tange a categoria trabalho e rendimento, podemos perceber que a minoria populacional tem acesso ao salário-mínimo.

Em 2021, o salário médio mensal era de 1.9 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22.5%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 29 de 139 e 5 de 139, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2715 de 5570 e 1080 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 41.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 107 de 139 dentre as cidades do estado e na posição 2556 de 5570 dentre as cidades do Brasil (BRASIL, 2023a, s.p.).

Percebemos que o Município ocupa uma boa posição no que diz respeito a pessoas ocupadas em relação a outros municípios do estado, porém preocupa o fato de 41,4% da população receber até meio salário-mínimo; isso certamente impacta na garantia dos direitos sociais. Em se tratando de Educação, por meio do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) podemos observar a qualidade da educação nos municípios. O IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública é de 4,9 e dos anos finais 4,7 do

município de Lajeado. O IDEB varia de 0 a 10 e é regido por metas anuais. A projeção para 2022 era de 6,00 para o município de Lajeado, que seria comparado aos países de primeiro mundo, contudo percebemos que não foi alcançado (BRASIL, 2023a).

Quanto aos Números de Estabelecimentos por tipo de ensino, localização e dependência administrativa, temos os seguintes registros: Pré-escolar: 2, da rede municipal-zona urbana 1 e rural 1. Fundamental: 3, no ensino estadual zona urbana 1 e no municipal: 1 na zona urbana e 1 na zona rural. Ensino médio tinha apenas um prédio do ensino Estadual na zona urbana. Nenhum do ensino profissionalizante. EJA-Escola de Jovens e Adultos havia 2, um na rede estadual zona urbana e um na rede municipal zona rural (SANTOS; OLIVEIRA E MENEZES, 2022a).

Em relação à taxa de alfabetização das pessoas de 10 ou mais de idade-2010, tinha-se: homens 90,5% e mulheres 92,2%. Quando levantado a taxa de abandono por ensino, localização e dependência administrativa, tinha-se: no ensino fundamental na rede estadual zona urbana a taxa de evasão de 2,7%, na rede municipal, na zona urbana 0,7% e rural 1,6%. No ensino médio a taxa de evasão era maior: 5,4% na rede estadual de ensino. Referente a taxa de aprovação por ensino, localização e dependência administrativa, em 2011: no ensino fundamental tinha-se 89,1 % de aprovação na rede de ensino estadual urbana, 90,7% na rede de ensino municipal zona urbana e 90,8% zona rural. No ensino médio havia 90,7% de taxa de aprovação na rede de ensino estadual zona urbana (SANTOS; OLIVEIRA E MENEZES, 2022a).

No que diz respeito à saúde temos que ela é organizada por meio das Redes de Atenção à Saúde (RAS) que têm como principais objetivos: promoção, prevenção e recuperação dos usuários. Em Lajeado percebemos que, por meio das entrevistas que fizemos no diagnóstico participativo por territorialização em 2022, há vários equipamentos de saúde no território, inclusive se assegura os atendimentos especializados.

Através dos dados obtidos das entrevistas realizadas e dos sistemas de informação de saúde do município de Lajeado, foram contabilizadas três Unidades Básicas de Saúde (UBS) (UBS Dona Felisbela, UBS José De Souza Parente e UBS Pedro Batú), cada uma com técnico, enfermeiro, médico e dentista. Quanto às outras especialidades, elas são divididas entre as UBS: tem psicólogo em duas unidades de saúde, o atendimento com nutricionista é mensal. O município conta também com profissional de educação física, médica ginecologista, médico ortopedista, médico cardiologista e dois fisioterapeutas. Para além da atenção básica, o município possui também todos os exames de cardiologia, coleta de sangue que ocorrem dentro da UBS e SAMU. Foi relatado que a única coisa que falta no município é

o exame de Raio-X, mas no quesito especialidades médicas, o município de Lajeado foi considerado muito bem assistido, considerando ser de pequeno porte. O município também não possui leitos, visto que não possui hospital. A qualidade e o acesso da população aos serviços foram avaliados como ótimos pela entrevistada na ocasião do diagnóstico participativo (2022) e, inclusive, foi relatado que as UBS do município por vezes são “disfarçadas” de Unidades de Pronto Atendimento (UPA), visto que todos os casos de urgência e emergência acabam parando na UBS e de lá é acionado o SAMU e os casos são encaminhados (SANTOS; OLIVEIRA E MENEZES, 2022a).

Conseguimos observar que, mesmo sendo um município de pequeno porte, constatamos a organização dos mecanismos centrais como o da saúde para atendimento da população que reside no município, por mais que visualizamos desafios, a lógica organizacional da saúde é sólida.

Não obstante, Lajeado a cidade das águas ainda precisa avançar em aspectos estruturais e sociais, para garantir a proteção social dos habitantes, a qualidade de vida dentre outros aspectos das ODS.

Na seção seguinte vamos analisar o processo de implantação da hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães e as consequências trazidas para o município de Lajeado, uma vez que, esses grandes empreendimentos são ultrajados de avanço.

2.3.1 A hidrelétrica e consequências territoriais

O Brasil ainda possui poucos meios de produção de energia que não sejam a hídrica, 91% da energia gerada provém de hidrelétricas distribuídas por todo o Brasil (Brito *et al*, 2009). Nessa seção, discutimos os impactos da construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães no Estado do Tocantins. Como já citado anteriormente, o Estado do Tocantins foi criado em 1988 e precisava de captação de recursos financeiros para acompanhar o desenvolvimento dos outros estados. Para isso, precisou “chamar a atenção” do capital estrangeiro para possíveis investimentos, por meio do que Brito et al (2009, p.33) nomeia de “projetos de grandes escalas (PGE), que têm como prerrogativa permitir a expansão do capital em regiões de pouco crescimento econômico”.

Na UHE (Usina Hidrelétrica) Luís Eduardo Magalhães - localizada nos municípios de Lajeado e Miracema, a 55 Quilômetros de Palma, a capital do Estado -, uma barragem represa o rio Tocantins para uma área de cerca de 750 km². (...) Essa Usina é a primeira hidrelétrica do país a ser construída pela iniciativa privada, tendo sido para isso criado um consórcio que detém um contrato de concessão para a

exploração do aproveitamento hidrelétrico por um prazo de 35 anos (BRITO et al, 2009, p. 34).

Na busca de investimento e com grande potencial na área hídrica, o estado do Tocantins não mensurou possíveis consequências a posteriori, pois o potencial econômico é maior do que a qualidade de vida de uma população, o benefício da produção e distribuição de energia trouxe uma falsa sensação de progresso e desenvolvimento, uma vez que:

O uso contínuo da Bacia hidrográfica e do reservatório promoverá impactos de grande porte que poderão comprometer definitivamente a qualidade da água e produzir um efeito cascata na economia. Com isso o valor da terra decrescerá, o acesso a empregos reduzirá, a saúde das populações locais deteriorará, comprometendo, assim, o desenvolvimento local e regional (BRITO *et al*, 2009, p. 34).

Por mais que os autores apontaram para as futuras consequências da criação da UHE, o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA), que deve ser feito antes da implantação da UHE, indicou que: 31 famílias de Lajeado foram atingidas pela inundação acima da barragem dando um total de 149 pessoas (CELTINS, 1996). A quantidade de pessoas não é pequena, podemos observar que em um município de pequeno porte é uma grande população, tendo em vista que, segundo o DATASUS, a população residente de Lajeado era de 808 em 1992, tendo em vista que o município de Lajeado só foi separado em 1991 de Tocantínia.

Um comparativo do período da construção da UHE entre os anos de 1998-2002 estimava-se que em 1988 a população era de 1.581 pessoas, em 2002 um total de 2.676 (Brasil, 2023b). Observa-se um aumento populacional de 69.26%, aumento esse considerável podendo ser explicado pela intensa migração em razão das oportunidades de emprego que a UHE estava produzindo.

Na era da industrialização acentuada e aumento da pobreza, a busca por melhores condições de vida acaba por inflar populacionalmente os grandes centros urbanos. Tal fato não foi diferente com a instalação da UHE, conforme segue:

Doze anos após a inauguração da usina – ocorrida em 2001 – e a formação do lago, os impactos causados por essa hidrelétrica são visíveis. Com base em pesquisas já realizadas e em depoimentos de pessoas direta ou indiretamente impactadas, parece claro que esses grandes projetos desenvolvimentistas, principalmente as barragens nas bacias hidrográficas, que exigem o deslocamento compulsório de grande quantidade dos moradores locais, geram impactos em todos os sentidos (PARENTE E MIRANDA, 2014, p. 562).

Os sentidos referidos pelos autores dizem respeito ao econômico, social e subsistência. Esse é um dos tipos de violência mais comum, aquela que não é explícita, pois é regida por

promessas, às vezes quantias que podem ajudar na compra de um lote ou casa no centro urbano, contudo, o modo de subsistência dessas pessoas que antes era do rio, não será mais. Assim surge mais uma população vulnerável nos centros urbanos, consequência do êxodo hidrográfico.

Não podemos deixar de lado as consequências da migração da população em busca de emprego onde estão localizados grandes empreendimentos. O capitalismo contribuiu enormemente para que a população das zonas rurais se deslocasse para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida, como demonstrado por Florestan Fernandes (2006, p. 242). Estamos diante de uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico. O moderno que busca capital estrangeiro para justificar ou legitimar o crescimento econômico, tal como ocorreu no caso da UHE de Lajeado, que é a primeira do país regida totalmente por uma empresa privada. Para justificar a modernização e crescimento do Estado, comunidades são retiradas de suas terras, incluindo as tradições, no caso do Tocantins.

Fernandes (2006, p, 264) vai chamar esse processo de busca de ascensão econômica que o novo estado do Tocantins fez de “Capitalismo monopolista”, que começa na metade do século XX, “A fase de irrupção do capitalismo monopolista se caracteriza pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da "grande corporação" (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista).” O capitalismo monopolista busca justificar o crescimento econômico ao mesmo tempo que desconsidera as consequências aos sujeitos do território.

Mediante o exposto, percebe-se que a história do estado do Tocantins não diverge das políticas reacionárias com sua população, a violência enraizada se mascara nos grandes empreendimentos como utopia de modernização. Lajeado do Tocantins por sua vez teve sua história atravessada por mineradores em busca de riqueza que fundaram o povoado que depois virou município. Como pudemos perceber a violência faz parte indubitavelmente da política de dominação do Brasil.

A história dos estados e municípios têm muito a nos ensinar, compreender qual a importância e em que terra estamos pisando se faz cada vez mais necessário para não legitimar práticas de violências. Nosso tema de estudo não pode ser desenvolvido sem considerar a história do território.

Com todos esses processos acontecendo em razão do deslocamento populacional da zona rural para a zona urbana, precisa-se de políticas públicas e qualidade para garantir o cuidado integral dessas pessoas.

Na seção seguinte vamos apresentar as políticas públicas existentes em Lajeado do Tocantins e suas respectivas atribuições.

2.4 Rede de Serviços públicos de Lajeado-TO

De acordo com o site da prefeitura, no município existem 6 Secretarias, a saber: de Administração, Assistência social; Educação; Meio Ambiente, Saneamento, Turismo, Juventude, Esporte e cultura; Finanças e Saúde (LAJEADO, 2023).

A secretaria de administração tem como principais atribuições coordenar e acompanhar as metas de governos, assessorar as outras secretarias em diversos assuntos, econômicos, organizativos dentre outros (LAJEADO 2023).

A secretaria de assistência social é responsável pelo CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e conselho tutelar e cada serviço possui suas atribuições (LAJEADO, 2023). O CREAS Local atende famílias que estão em risco de violação de seus direitos ou que já foram violados, desenvolve programas de proteção às famílias como o PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) (BRASIL, 2005). O CRAS é o serviço que atende pessoas em situação de vulnerabilidade social, que estão passando por conflitos intrafamiliares ou comunitário, seus objetivos são reintegrar esse usuário novamente na comunidade, oferecendo o serviço de convivência.

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado (BRASIL, 2005, p. 35).

Por fim, têm-se o conselho tutelar, que também está ligado administrativamente à pasta da Secretaria de Assistência Social. O conselho tutelar é um órgão autônomo, que tem como principal atribuição garantir o direito da criança e do adolescente (BRASIL, 1990).

A Secretaria de Educação tem como principal atribuição organizar o sistema de ensino, planejar, executar, avaliar, acompanhar, dentre outras funções. De acordo com os dados de 2012: O número de docentes por tipo de ensino, localização e dependência administrativa são: na pré-escola havia 7 professores na rede de ensino municipal, sendo 5 na zona urbana e 2 na zona rural. No Ensino Fundamental 39, sendo 12 na rede estadual-zona urbana, 16 na rede municipal-urbana e 11 na zona rural. Ensino Médio, havia 11 professores na rede Estadual- zona urbana. Profissionalizante, não havia professor. EJA- 12 professores, sendo 7 na rede estadual-zona urbana e 5 no ensino municipal-urbano. Não havia professor de Ensino especial. É importante destacar a necessidade de professores na zona rural, pois apenas no ensino fundamental havia professor (SANTOS; OLIVEIRA E MENEZES, 2022a)

Também há a secretaria do Meio Ambiente, saneamento, turismo, juventude, esporte e cultura, que planejam e executam políticas com ênfase no ambiente, urbanização, saneamento e turismo do município, além de desenvolverem estudos e trabalhos na coordenação de programas que visam o progresso do município e seus habitantes (LAJEADO, 2023).

No que diz respeito à Secretaria da Saúde, na seção anterior já adiantamos as informações. Por fim existe a secretaria de finanças que tem como atribuições organizar e planejar a política financeira do município, organizar as leis e fundos orçamentários das secretarias também (LAJEADO, 2023).

3 AS REDES DE ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS

Neste capítulo buscamos evidenciar a complexidade e singularidade que as redes possuem em sua gênese, apresentando seu conceito e características. Ademais, discutimos o processo de constituição da rede de enfrentamento às violências do Município de Lajeado do Tocantins, evidenciando o papel de cada serviço que compõe a rede e sua contribuição para a proteção social, bem como as transversalidades e horizontalidades que essas metodologias sofrem na contemporaneidade.

Conforme descrito no Caderno intitulado *Orientações para Implementação de Redes*, a rede de proteção congrega as seguintes características:

- Dinamismo: A rede é uma estrutura flexível, dinâmica e em movimento. Ela é multifacetada. Cada retrato da rede, tirado em momentos diferentes, revelará uma nova face; - Participação: cooperação é a que a faz funcionar, sem participação ela deixa de existir. - Horizontalidade: A rede não possui hierarquias e nem chefia. A liderança provém de muitas fontes e pode variar conforme o momento ou o tipo de ação; - Múltiplas composições: Uma rede pode se desdobrar em múltiplos segmentos autônomos (sub-redes) capazes de operar independentemente do restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância (Secretaria De Estado Da Criança E Da Juventude (PARANÁ, 2010, p. 30-31).

Cada característica dessa deve ser considerada no processo de construção de uma rede de enfrentamento às violências, que está em movimento, não podendo ser dada como finalizada ou estagnada. A rede envolve troca de saberes e articulação, objetivando a promoção de direitos e a sua seguridade. Para que seja implementado uma rede de prevenção às violências, busca-se:

- Realizar diagnóstico participativo: identificar problemas, estabelecer prioridades, territórios e mapear a rede de serviços.
- Desenvolver um processo de mobilização que garanta a participação de todos os atores envolvidos na promoção, proteção e defesa dos direitos sociais;
- Definir objetivos, metodologia de trabalho e metas (resultados pretendidos);
- Instituir fluxos contínuo de comunicação e informação.
- Conquistar adesão política à proposta;
- Assegurar trabalho coletivo e permanente;
- Potencializar o atendimento dos serviços por meio de profissionais qualificados;
- Capacitar continuamente os atores envolvidos no trabalho;
- Monitorar e avaliar constantemente o processo, redefinindo objetivos e práticas (PARANÁ, 2010 p. 39-40).

Existem diferentes redes de enfrentamentos às violências: Rede de proteção no enfrentamento à violência contra a pessoa idosa; Rede de Proteção à Mulher; Rede de proteção à infância e adolescência, dentre outras. Vamos perceber ao longo do trabalho que, cada rede possui peculiaridades.

A rede de proteção no enfrentamento à violência contra a pessoa idosa tem a preocupação de assegurar a saúde integral da população idosa, protegendo-os das diferentes formas de violência. De acordo com Meleiro *et al* (2021, p. 02) “no ano de 2005, o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso convocou a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (RENADI)”. Esses encontros tiveram como principais objetivos a implantação da RENADI, o que acabou ocorrendo em vários municípios e estados brasileiros.

Tendo em vista a dificuldade de encontrar estudos sobre a rede de proteção às violências contra à pessoa idosa no estado do Tocantins, recorro ao Estado do Amazonas para melhor exemplificar os serviços que compõem essa rede de proteção. Fazem parte da rede de proteção: Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC); Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (FUnATI); a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP); Distritos Integrados de Polícia Civil (DIPs); Secretarias estadual e municipal de saúde; Centros de Referência de Assistência Social; Conselhos de Direitos dos Idosos (CDIs); Defensoria Pública (DPE); Ministério Público do Amazonas (MP) dentre outros serviços. Objetiva-se com a rede promover direitos e assegurar que estes não sejam violados, mas quando há a violência, buscar estratégias para superá-las. Cada órgão possui competências específicas, juntas conseguem promover direitos (MELEIRO *et al*, 2021).

Os autores supracitados perceberam a dificuldade apresentada por 16 participantes que compunham a rede de proteção da pessoa idosa. De acordo com Meleiro *et al* (2021), os participantes ressaltaram a dificuldade que é trabalhar em rede, uma vez que as articulações deveriam ser feitas coletivamente em razão da violência ser um fenômeno multifacetado que afeta e atravessa todas as classes e faixa etárias, contudo, essas acabam sendo realizadas individualmente, por meio de contatos.

Ainda estamos nos entraves para garantir a não violência contra as pessoas. A partir de uma entrevista com Sérgio Adorno, Nonato (2015) destaca que:

A sociedade brasileira é uma sociedade internamente diferenciada, desigual e hierarquizada, desde a colônia até os nossos dias. Quer dizer, a democracia ainda não logrou reduzir as desigualdades num patamar em que a convivência democrática permita o respeito às diferenças e à diversidade. Que homens e mulheres, adultos e crianças, brancos e negros, ricos e pobres, todos eles possam ter respeito à sua dignidade, às suas características grupais, e também conviver com os outros, ou seja, ter um extrato de solidariedade comum, que faz com que eu possa me sentir solidário com a dor do outro, mesmo que eu não seja branco, mulher etc (NONATO, 2015, p. 96).

Entretanto, trabalhar em rede se torna necessário, mesmo que não assegure o fim da violência pelo seu caráter estrutural, pois a metodologia do trabalho em rede possibilita assegurar com mais êxito os direitos mínimos previstos na Constituição Federal de 1988. É importante destacar que falamos de rede de proteção à pessoa idosa e dos serviços que devem cuidar para que não se perpetue a violência, mas para que isso aconteça o município/estado deve estimular a realização de denúncias contra todo tipo de violência. A responsabilidade de prevenção às violências não deve ficar salvaguardada em serviços apenas, mas a família e a comunidade devem garantir a proteção dos idosos, como está assegurado na Constituição Federal: “Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988, p. 175).

Quanto à rede de proteção às violências contra as mulheres:

O conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições/ serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011b, p.13).

A violência afeta qualquer classe e sem distinção de gênero e especialmente a violência contra a mulher cresce na maioria dos estados brasileiros. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no último Atlas da violência de 2021:

Em 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil. O número ficou bastante abaixo dos 4.519 homicídios femininos registrados em 2018, com uma redução de 17,3% nos números absolutos. A diminuição no número de homicídios de mulheres registrados em 2019 segue a mesma tendência do indicador geral de homicídios (que inclui homens e mulheres), cuja redução foi de 21,5% em comparação com o ano anterior (CERQUEIRA, 2021, p.36).

Não obstante, a queda no número de homicídio no Brasil não quer dizer que houve menos violência, uma vez que, esse dado pode de acordo com Cerqueira (2021, p. 36) “ser matizada pelo crescimento expressivo dos registros de Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI), que tiveram incremento de 35,2% de 2018 para 2019, um total de 16.648 casos no último ano (2021)”. A notificação da violência é um importante aparato para que tenhamos produção de políticas públicas para estados e municípios com atenção às violências.

O Tocantins de acordo com o Atlas da Violência 2021 no que tange a violência contra as mulheres apresentou uma taxa de 4,6 homicídios por 100 mil mulheres por UFs (Unidades

Federativas), um número relativo alto, uma vez que também há MVCI das mulheres, como apresentado, houve aumento. Podemos caracterizar quem são essas mulheres, de onde veem, de acordo com Belarmino *et al* (2020) as mulheres que procuram os serviços de proteção contra às violências ou as que são atendidas são pessoas com altas vulnerabilidades, seja ela qual for. Como podemos observar no trecho que se segue:

A maior parte das usuárias tinha entre 19 e 40 anos; indicou cor parda; tinha Ensino Fundamental Incompleto ou Ensino Médio Completo e estava em união estável. Sobre a situação socioeconômica, a maioria encontrava-se desempregada e sem renda. Apesar disso, quase a metade não recebia qualquer benefício social. Sobre o perfil da violência sofrida, mais da metade das mulheres afirmou ter sofrido mais de um tipo violência, perpetrada pelo atual parceiro e na residência de ambos e o ciúme foi a causa mais atribuída para a violência (BELARMINO *et al*, 2020. p. 04).

Assim sendo, temos um perfil de mulher que é atendida pela rede de proteção, ao mesmo tempo que não podemos desconsiderar que não há distinção de público. A violência não escolhe público, apenas acontece no tempo e no espaço que lhe couber pelos seus agentes.

Em se tratando da composição da rede de enfrentamento às violências contra a mulher, temos diversos agentes e serviços que precisam agir em conformidade e em postura coletiva.

(...) a rede de enfrentamento é composta por: agentes governamentais e não-governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres (organismos de políticas para as mulheres, ONGs feministas, movimento de mulheres, conselhos dos direitos das mulheres, outros conselhos de controle social; núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres, etc.); serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores; universidades; órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos (habitação, educação, trabalho, seguridade social, cultura) e serviços especializados e não-especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011a, p. 13-14).

Percebemos que há diversos serviços que visam o atendimento humanizado das mulheres em situação de violência, contudo, experiências como a de Belarmino *et al* (2020) nos mostram o quanto ainda temos que avançar quanto ao trabalho intersetorial e intrasetorial, para que as mulheres não sejam vitimizadas e para isso, propõem pensar o serviço de dentro para fora. A sensibilidade com que se trata o outro em um serviço e o cuidado com o usuário é um diferencial para a promoção de bem-estar.

Não só temos esses modelos de rede de enfrentamento às violências, bem como temos a rede de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes. Essa rede da qual falamos, assim como as outras já citadas anteriormente, possui singularidades no que diz respeito a encaminhamentos e intersetorialidades como podemos observar:

Essa rede prioriza o compartilhamento de valores e objetivos comuns, e sua composição envolve serviços do âmbito da saúde: os serviços de Atenção

Primária e Especializada, Urgência e Emergência, Saúde Mental, Serviço de Apoio à Gestão Estratégica e outros serviços de assistência social e judiciário, que compreendem o Sistema Único de Assistência Social (Suas), como o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), o Sistema de Justiça e de Direito Humanos (Delegacias especializadas), o Conselho Tutelar e as Varas da Infância e da Juventude. Além desses, têm-se o Sistema de Ensino, o Sistema Único de Segurança Pública e a Sociedade Civil Organizada (RIBEIRO, FERNANDES E MELO, 2021, p. 02).

Ainda conforme os autores supracitados, é importante destacar que existem municípios que não possuem essa quantidade de serviços disponíveis e que as redes tendem a funcionar conforme os mecanismos que possuem para a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Faz-se necessária a rede de proteção à criança e ao adolescente uma vez que, essa categoria foi por muito tempo negligenciada em relação aos seus direitos. A CF assegurou os direitos de crianças e adolescentes, bem como posteriormente o Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo esse dever da família, sociedade e Estado. A rede de proteção tem papel essencial na prevenção das violências e promoção de saúde, contudo ainda precisa melhorar para que os atendimentos sejam céleres e assertivos:

Os casos de VCCA (Violência Contra Crianças e Adolescentes) são encarados como uma problemática complexa, necessitando de um olhar amplo para a identificação e o seguimento adequado dos casos existentes. Isso muitas vezes não acontece devido à grande demanda de trabalho dos profissionais e à falta de experiência, conhecimento e habilidade para conduzir os casos existentes (RIBEIRO, FERNANDES E MELO, 2021, p. 02).

No que tange às redes de enfrentamento às violências de forma ampliada, os profissionais das redes devem receber formação continuada para que possam cada vez mais compreender qual o papel da rede e sua importância dentro de um município. É importante ter claro a pedra angular da rede de prevenção às violências: “a rede de proteção foi compreendida como um espaço de formação de parceria, cooperação, e articulação dos sujeitos institucionais, no âmbito público e privado”. Essa assertiva revela a preocupação fundamental da rede de proteção, à interdisciplinaridade, estudos de casos e os caminhos que deveriam ser tomados para que os sujeitos tenham assegurados os seus direitos. Para que a rede possa funcionar corretamente, primeiramente deve-se fazer um levantamento dos setores vulneráveis de um município, bem como dos programas e projetos existentes que possam contribuir para a prevenção às violências (LORENCINI *et al*, 2002, p.298).

O trabalho em rede é fundamental para se compreender os diversos ângulos de um caso apresentado para discussão, pois os serviços poderão em pares decidirem os melhores caminhos a serem tomados, visando o menor dano possível ao sujeito, ou seja, “os profissionais podem obter informações e, com isso, sistematizar as ações de maneira

integrada”. Por conseguinte, o objetivo principal da rede é a interrupção do ciclo de violência, por isso, é importante a transparência nas informações e o trabalho conjunto para que a rede de proteção não seja uma rede de agravante de violências a qualquer público. Nesse ínterim, cada serviço deve ter claras as suas atribuições e suas competências, a fim de não reproduzir práticas adoecedoras (LORENCINI *et al*, 2002, p. 298).

Ainda conforme o autor, no que concerne a modelos de atendimentos, as redes de proteção às violências agregam a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, na qual, a transdisciplinaridade deve contribuir com a adoção de diversas estratégias metodológicas, teóricas e práticas de conhecimentos. A interdisciplinaridade contribui na flexibilidade entre os profissionais em reconhecer e emprestar conhecimentos de outras áreas de conhecimento, tendo em vista o benefício que elas podem trazer a resolutividade dos casos.

A seguir, discutimos sobre os desafios do trabalho em rede e as possibilidades de trabalho articulado no modo de produção capitalista.

3.1 Redes na era do capital: possibilidade ou utopia?

De acordo com Matos, Feitosa e Oliveira, (2023, p. 126) “(...) à busca do capital e à conquista do poder estruturam nossa sociedade em um ambiente de disputas, desigualdades, guerras, desumanização, voltado às coisas materiais e ao individualismo”.

No intercurso de pensar as políticas públicas sob a égide do capital, Lacerda (2015) interpõe-se com o seguinte questionamento: Políticas públicas emancipam? Em seu texto o autor nos mostra que o capitalismo é contrário à emancipação, uma vez que o seu efeito nas políticas públicas resulta apenas na lógica reformista e não na resolução dos problemas, resolver os problemas, em suma, é uma lógica idealista inalcançável (LACERDA, 2015). Neste sentido, constatamos que as políticas públicas e o trabalho em rede não emancipam, porém nessa sociedade não podemos renunciar a eles, uma vez que minimizam os efeitos devastadores da relação de exploração do homem pelo homem e da fragmentação.

A constituição de uma rede de prevenção à violência exige, quase sempre, um movimento mais intenso, mais contínuo, para integrar diferentes atores e equipamentos sociais (seja através de uma rede informatizada ou não). Além da necessidade de compartilharem um mesmo código de comunicação, o que significa ter a mesma compreensão das diferentes formas de violência, suas causas e consequências, é preciso que os participantes ajam em sincronia frente à urgente demanda de intervenção (NJAINÉ *et al*, 2006, p. 1314).

Ocorre que esses modos organizativos são frequentemente atingidos pelo modo de

produção capitalista que rege nossa sociedade atual:

Há uma sensação generalizada e causadora de mal-estar de que o conhecimento está excessivamente fragmentado; de que cada disciplina trata isoladamente de um determinado aspecto – econômico, histórico, sociológico, psicológico, filosófico, artístico, etc – e que, assim, não é possível adquirir uma visão de conjunto dos objetos estudados. O resultado disto é uma formação construída com fragmentos desconexos e justapostos. Em consequência dessa visão fragmentada da realidade, a intervenção prática para o enfrentamento dos problemas sociais também se vê comprometida, levando a buscar soluções isoladas (Tonet, 2013, p. 726).

Um dos grandes desafios da sociedade contemporânea é o exacerbado individualismo. A sociedade capitalista preza pela individualização e cisão, isso se justifica porque:

Há uma lógica tão perversa que a forma pela qual os trabalhadores encontram para subsistir e atender as suas necessidades básicas os faz enxergar o outro como seu rival. A ideologia dominante da eficiência e do individualismo exacerbado corrompem a construção política de consciência de classe. O trabalho humano, ainda que fonte geradora essencial para manutenção do capitalismo encontra-se cada vez mais banalizado. O aumento da tecnologia, a substituição em grande número de trabalhadores por máquinas, gerou indiferença, banalização, alienação e descartabilidade do trabalho, em potencialização do capital fetiche, que faz da força de trabalho mais uma mercadoria meramente vendável com alto poder de barganha social e pressão por parte da burguesia para bem instituir as condições (precárias) de pactuação trabalhista (Lage, 2019, p.122).

Ressalta-se, ainda, a insegurança no trabalho, principalmente em razão da precarização do regime de trabalho, que produz incessante rotatividade de profissionais dentro do município e prejudica a autonomia profissional, esses processos decorrem do que os autores acima citados chamam de pactuação de trabalho no modelo capitalista.

Em acréscimo, Cordeiro e Sato (2017) ressaltam em seus estudos que os serviços públicos muitas vezes se tornam a entrada ao mundo do trabalho, o primeiro emprego de muitos profissionais surge como uma oportunidade de entrar na rede. A autora ressalta o caráter do despreparo por ser o primeiro emprego, contudo, o primeiro emprego pode ser a oportunidade de entrada no mercado de trabalho, mesmo que sob a égide da terceirização, é uma oportunidade parcial da sua autonomia profissional, entretanto, esse trabalho é atravessado pela insegurança e nas últimas consequências pela rotatividade de trabalhadores, dificultando o estabelecimento de vínculos com os usuários.

Mesmo servidores públicos efetivos vivenciam a insegurança decorrente da precarização do trabalho:

(...) (servidores públicos concursados) vivenciam os dilemas estruturais da atuação, que sofre as repercussões das mudanças administrativas e os impactos da falta de investimento em infraestrutura tanto para as comunidades quanto para os próprios serviços públicos. Mesmo com um contrato mais estável, esses profissionais também

sofrem o temor da retaliação, dependendo da postura assumida pelos gestores municipais (...) (Senra; Guzzo, 296).

A gestão municipal pode ser uma grande delimitadora dos serviços sociais do município, por isso cabe uma formação política e crítica dos profissionais que ensejam trabalhar nessas áreas. Conhecer para não ficar refém de políticas de contrarreformas, políticas de adoecimentos aos trabalhadores e usuários e precarização dos serviços públicos, com menos profissionais e mais trabalho. Esse sucateamento compromete a efetividade da rede de proteção, cabe a todos os atores sociais municipais voltarem sua atenção para gestar a rede e nutri-la para que não venha padecer diante dos muitos desafios impostos.

O trabalho em rede deve romper com a lógica do individualismo, uma vez que os serviços não podem agir sozinhos para resolver os problemas que lhes competem. Segundo Hanada, D'Oliveira e Schraiber (2010), uma forma de superação da fragmentação da rede seria a prática de ações comuns entre os serviços, por meio de um projeto assistencial, fazendo com que os serviços interagissem de forma mútua em prol de objetivos comuns.

Organizar uma rede integrada, solidária, cooperativa e multiprofissional pressupõe que a atuação e decisões que envolvem diferentes profissionais sejam adotadas de forma descentralizada e coordenada. Esses têm sido alguns dos grandes desafios para o funcionamento das redes, ou seja, a centralização de informações por um lado e/ou a falta de informações de outro, e a fragmentação das ações (NJAINÉ; DELZIOVO; OLIVEIRA, 2020, p.435)

Ainda de acordo com as autoras, não existe uma receita pronta de coordenação e funcionamento de uma rede de proteção, tendo em vista que os territórios são compostos por suas singularidades e particularidades (NJAINÉ; DELZIOVO; OLIVEIRA, 2020). Cada território possui uma realidade diferente das demais, como por exemplo, a quantidade de serviços que compõem a rede, como é a realidade de Lajeado do Tocantins que é um município de pequeno porte, comparado a uma capital; são realidades diferentes que merecem acuidade no trato dos serviços.

Implantar uma rede de proteção às violências requer o interesse dos órgãos municipais, sociedade civil e famílias; que vão garantir a manutenção da rede de proteção às violências, por meio de avaliações e devolutivas que a rede deve produzir para aquela população.

A construção de uma rede de enfrentamento à violência envolve a articulação de instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade. Para tal, é importante o reconhecimento das famílias e dos territórios onde vivem, dos serviços que atuam nesses territórios e dos profissionais que lidam direta ou indiretamente com pessoas em situação de violência. Isso quer dizer que profissionais da saúde, assistência social, educação, justiça, segurança pública, projetos sociais, lideranças comunitárias, lideranças religiosas, meios de

comunicação, universidades, conselhos de direitos e outros atores são parceiros fundamentais para a ampliação e mobilização dos formuladores e executores das políticas públicas, bem como para a mobilização social visando ao enfrentamento da violência e à promoção da saúde. Mas é fundamental reconhecer e envolver as redes sociais de apoio como parceiras na prevenção da violência e da promoção e garantia de direitos (NJAINÉ; DELZIOVO; OLIVEIRA, 2020 p. 336).

Nesse processo, o papel do gestor é de suma importância para que a rede de proteção às violências possa ser implantada, como bem ressaltado pelas autoras:

No que se refere à conformação da rede de atenção às pessoas em situação de violência, cabe ao gestor apoiar: a sensibilização e a mobilização locais; a elaboração de planos municipais com ações de enfrentamento das diversas formas de violência a que a população está exposta; a formação e a atualização pedagógica dos profissionais da saúde e de seus parceiros no município; a ampliação e o fortalecimento dos serviços. Tudo isso como parte da agenda constante da parceria entre os municípios, estados e o governo federal (NJAINÉ; DELZIOVO; OLIVEIRA, 2020 p. 338).

Percebemos a importância do dinamismo de todos os atores envolvidos no processo para assegurar que os direitos das pessoas não sejam violados e utilizar de todos os seus recursos setoriais e intersetoriais para promover o bem-estar ao usuário. É importante entender a importância das articulações dos serviços para que esses promovam atendimentos, não apenas para as pessoas que sofreram violências, mas ao usuário que está em risco de sofrer e ao autor de violência (NJAINÉ; DELZIOVO; OLIVEIRA, 2020).

Salienta-se ainda que reconhecer que há um outro serviço que pode proporcionar melhores condições de atendimento é imprescindível para que a rede exista e que seu fluxo seja alimentado de forma correta, sendo assim:

A rede de atenção às pessoas em situação de violência é uma rede temática que pressupõe uma articulação política entre pares que, para se estabelecer, exige reconhecer que o outro existe e é importante; conhecer o que o outro faz; prestar ajuda quando necessário; compartilhar saberes, ações e poderes e compartilhar objetivos e propostas de enfrentamento à violência (NJAINÉ; DELZIOVO; OLIVEIRA, 2020 p. 337).

Ainda conforme as autoras, por meio do reconhecimento pode-se criar condições para atendimento, prevenção e atenção aos usuários que chegam em qualquer serviço e por meio da familiaridade com o fluxo de atendimento pode-se pensar conjuntamente nos melhores encaminhamentos dentro da rede de proteção às violências. Ademais, a proteção social exige uma pactuação com outras redes, as estaduais e federais, para que ajam em parceria em prol das pessoas em situação de violência, direta ou indiretamente.

As redes federais e estaduais a que as autoras se referem são o SUS (Sistema Único de Saúde), SUAS (Sistema Único de Assistência Social), Educação, Sistema de Justiça e direitos

humanos, dentre outros. As redes das políticas sociais se articulam entre si e com as demais políticas sociais, processos esses denominados respectivamente de intra e intersectorialidade.

Tomando a política de saúde como parâmetro, em especial o Caderno denominado: *Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências*, a intrasectorialidade “(...) diz respeito ao exercício permanente da desfragmentação das ações e serviços ofertados por um setor, visando à construção e articulação de redes cooperativas e resolutivas (BRASIL, 2018, p 27). Já a intersectorialidade envolve articulação entre diferentes políticas ou setores, conforme segue:

(...) estamos definindo intersectorialidade ou transectorialidade como a articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas (INOJOSA, 2001, p. 105)

A interdisciplinaridade por sua vez pode ser compreendida:

(...) como qualquer forma de combinação entre duas ou mais disciplinas objetivando-se a compreensão de um objeto a partir da confluência de pontos de vista diferentes cujo objetivo final seria a elaboração de síntese relativa ao objeto comum; implica alguma reorganização do processo ensino/ aprendizagem e supõe trabalho contínuo de cooperação (...) (GATTÁS E FUREGATO, 2006, p. 325)

Ainda conforme as autoras, a interdisciplinaridade não anula o poder sobre o conhecimento, cada área possui sua epistemologia, contudo essa metodologia visa a integralização para produção de um novo conhecimento compartilhado. O poder não gira em torno de uma epistemologia apenas e não é restrita a ele, há flexibilidade no poder. Gattás e Fugerato (2006, p. 326), acrescentam: “É uma alternativa para transpor as fronteiras das profissões, sem perda de autonomia, de oportunidades de conhecer outras formas de ação, de superar idiossincrasias, de deixar de falar só com seus pares e de aprender a conviver”. Esse modo de trabalhar é importante para os serviços sociais, em especial a rede da qual tratamos. Se faz cada vez mais necessário agir intersectorialmente, visando “a articulação entre sujeitos de setores diversos, com diferentes saberes e poderes com vistas a enfrentar problemas complexos” (WARSCHAUER; CARVALHO, 2014, p. 193).

As diversas metodologias de trabalho em rede atravessam o cotidiano das políticas públicas e são necessárias para a efetividade das ações. A intersectorialidade, caracterizada pela articulação entre os serviços, é necessária para a sobrevivência da rede. A interdisciplinaridade possibilita a construção do conhecimento compartilhado entre diferentes categorias profissionais e áreas do conhecimento e a intrasectorialidade faz com que os profissionais de um mesmo serviço trabalhem em sintonia para promoção social, sendo uma

prerrogativa para a intersetorialidade. Todas essas formas de trabalhar devem ser claras e fluidas dentro da rede, para que não haja revitimização dos usuários que chegam aos serviços. Por fim, entendemos que as redes são contra hegemônicas no modo de produção capitalista, porém se configuram como uma possibilidade para a superação da fragmentação do conhecimento e das práticas sociais, tornando-se uma necessidade.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo apresentamos a metodologia empregada em nossa pesquisa. Para fins didático, nossa exposição foi organizada em subitens.

4.1 Classificação da pesquisa

A presente pesquisa classifica-se como pesquisa documental e de campo qualitativa. Nossa metodologia ampara-se nas ciências sociais, compreendendo-a como apreensão da realidade, ou seja, “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2001, p.16).

A pesquisa documental pode ser compreendida não apenas como análise de documentos, mas também imagens, filmes dentre outras fontes de dados.

O procedimento de análise documental é aquele em que o pesquisador não participa diretamente da construção das informações e dos dados analisados no decorrer da pesquisa — excetuando-se o contexto da História Oral. Cabe ao procedimento de análise documental, entretanto, circunscrever o que será considerado documento e com que arcabouço epistemológico realizará sua abordagem (GRAZZIOTIN; KLAUS; PEREIRA, 2022, p. 06).

Consideramos os relatórios de estágios como dados primários, aqueles que não estão divulgados no meio científico para análise de outros autores, ao contrário dos dados secundários, que usamos nas análises e correlações.

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa de campo abrange a coleta de dados junto às pessoas, através da observação e utilização de ferramentas para descrever os fenômenos.

O trabalho de campo, em síntese, é fruto de um momento relacional e prático: as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem no universo do cotidiano. O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho. Essa produção, por sua vez, requer sucessivas aproximações em direção ao que se quer conhecer (MINAYO, 2001, p. 64).

Optamos pela pesquisa qualitativa por sua abrangência da realidade social, uma vez que a tabulação dos dados será interpretada de acordo com os fenômenos sociais que decorreram preteritamente. Ademais, possibilitará uma maior aproximação da população partícipe da rede de enfrentamento às violências, nos permitindo identificar as crenças, aspirações e valores sobre o tema em estudo.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e

atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21-22).

4.2 Fonte de dados e procedimentos

Nossas fontes de dados foram o escopo teórico de produções científicas até então produzidas sobre o tema aqui desenvolvido. Ou seja, conhecer previamente o que está se estudando é o pressuposto básico de uma pesquisa. Saber quais experiências de redes foram publicadas colaborou para pensar em como melhorar a articulação desta no território a qual se dá a pesquisa. Buscou-se nos periódicos da CAPES, Scielo e Google Acadêmico as produções científicas, adotando as seguintes palavras-chave: Implantação/implementação da rede de proteção, violências, trabalho em rede, intersetorialidade, intrasetorialidade, rede de enfrentamento às violências. As publicações foram selecionadas após a leitura dos títulos e resumos dos artigos científicos, livros, dissertações e teses.

A pesquisa documental centrou-se nos relatórios de estágio dos anos de 2021 e 2022, uma vez que o escopo do estágio era implantar e implementar as redes de proteção nos municípios de Lajeado, Tocantínia e Miracema do Tocantins. Esclarecemos que em Miracema do Tocantins, na ocasião, não logramos êxito por falta de participação da gestão e profissionais dos serviços das políticas sociais. No ano de 2021, o estágio estava vinculado à Defensoria Pública da Comarca de Miracema do Tocantins, ocorrendo na modalidade remota, com ambos os municípios, devido à pandemia do Covid-19. No ano de 2022, vinculou-se diretamente às prefeituras de Lajeado e Tocantínia, acontecendo na modalidade presencial e não mais de forma integrada.

Avaliamos no total três relatórios de estágio, sendo 1 do ano de 2021 e dois do ano de 2022 (semestres 2022/1 e 2022/2). Em 2021 foi produzido um relatório que abrangeu dois semestres, esse relatório possui dados dos municípios de Lajeado-TO e Tocantínia-TO, sendo priorizado os dados referentes ao nosso contexto de pesquisa. Em 2022, foram produzidos dois relatórios, um no primeiro semestre e outro no segundo semestre. O relatório referente ao primeiro semestre de 2022 possui dados de Lajeado e Tocantínia, sendo foco de nossa análise as informações relativas a Lajeado. Apenas o relatório do segundo semestre de 2022 que possui integralmente as informações apenas da rede de Lajeado.

A pesquisa de campo se deu no município de Lajeado-TO, juntamente com os profissionais que se dispuseram a participar após o convite e que, conseqüentemente compõem a referida rede de enfrentamento às violências. A rede de enfrentamento às

violências de Lajeado não foi formalmente instituída por meio de Decreto, Portaria ou Resolução pela gestão municipal, mas desde o ano de 2021 desenvolve suas ações. Sua implantação ocorreu em 2021, por meio da Disciplina de Estágio Específico sob orientação das Profas. Dra. Juliana Biazze Feitosa, outra Professora vinculada ao Curso de Psicologia, vinculada à Defensoria Pública de Miracema, no primeiro ano de suas atividades. Esse trabalho foi continuado no estágio de Núcleo Comum II, vinculado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

Os serviços que compõem efetivamente a rede são: Secretaria de Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Esporte e Lazer, Conselho Tutelar e Defensoria Pública. Os encontros ocorrem periodicamente a cada 15 dias, no CRAS do município, sendo realizado as seguintes ações: estudos de caso, planejamento de intervenções técnicas conjuntas, organização de ações de prevenção às violências, processos formativos, estabelecimento de fluxos de atendimento, dentre outros.

Adotou-se como instrumento de pesquisa e de coleta de dados a entrevista semiestruturada, tendo em vista a liberdade para fazer concessões, tanto do pesquisador quanto do participante. Em suma, a entrevista é “(...) um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 197). Triviños (1990) destaca que na entrevista deve haver um ponto a ser atingido, por isso faz-se uma pergunta, sempre levando em consideração a realidade estudada, para que seja esclarecida sobretudo seguindo lógica própria. A entrevista semiestruturada possibilita uma maior liberdade, considerando não ter um roteiro fechado de questões, mas obedece a técnica de pesquisa, atendendo os requisitos de uma pesquisa qualitativa (DUARTE, 2004).

Entrevistou-se cinco representantes da rede, procurando diversificar a representatividade e englobar os serviços com maior protagonismo no campo do enfrentamento às violências, os entrevistados estão lotados nos seguintes serviços: Conselho Tutelar (1 servidor) educação (1 servidor), CRAS (2 servidores (as)) e CREAS (1 servidora). Foram entrevistadas 5 pessoas de 4 serviços, conforme identificado acima. As entrevistas ocorreram de forma presencial, de acordo com a disponibilidade de cada participante, em seus locais de trabalho. Apenas um participante preferiu ser entrevistado na UFT. Os critérios de inclusão foram: ser membro da rede, ter participação assídua nas reuniões e aceitar participar voluntariamente do estudo. Os critérios de exclusão foram: não ser membro da rede de enfrentamento à violência no Município de Lajeado/TO, não participar das reuniões de forma assídua desde o início das mesmas e não desejar participar da pesquisa.

As entrevistas deram-se mediante a gravação em um gravador portátil, com a anuência dos participantes, apenas para a transcrição e posteriormente foram apagadas. Apenas o pesquisador e a orientadora tiveram acesso ao material na íntegra.

4.3 Questões éticas

A presente pesquisa está vinculada ao macroprojeto da professora orientadora, intitulado Políticas sociais e a garantia de direitos: análises a partir da história, submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins (CEP - UFT), sendo gerado o número de CAEE: 47991721.3.0000.5519 e o parecer de aprovação de nº 5.082.000.

A pesquisa está em conformidade com os princípios estabelecidos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, como também sob a égide do Código de Ética Profissional do Psicólogo. As entrevistas ocorreram mediante assinatura prévia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A todos(as) os(as) colaboradores(as) tiveram nomes fictícios para resguardar suas identidades na apresentação dos dados, atendendo às recomendações das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Federal de Psicologia.]

4.4 Tratamento e análise dos dados

Após as entrevistas, realizamos as transcrições e a partir delas, identificamos as temáticas centrais, que conjuntamente com os objetivos da pesquisa, nos possibilitaram criar as categorias de análise, a saber:

1. Identidades: Quem são os profissionais que compõem a rede de enfrentamento às violências?
2. Implantando e implementando: visão dos profissionais sobre a rede.
3. A rede não é uma reunião a cada 15 dias.
4. As perguntas complicadas: Quais potencialidades e dificuldades da rede?

Por meio das categorias acima, conseguimos articular a teoria com a realidade dada pelos profissionais, a fim de compreender o processo de implantação e implementação da rede e os tensionamentos que essa rede possui em sua estrutura.

As nossas análises se sustentaram na teoria marxista, uma vez que se entende os fenômenos como históricos, dialéticos e sociais. O marxismo apresenta uma visão ampla do fenômeno, crítica da questão social e estruturação social, reconhecendo o processo contraditório da formação social. Para Marx (1985) o ponto de partida da pesquisa é sempre o fenômeno real, a materialidade e não ideias abstratas para explicar a realidade e a compreensão dos tensionamentos da sociedade. As verdades apriorísticas são descartadas, tal qual as idealistas e naturalistas, pois considera-se a realidade como um movimento contraditório, que produz tensionamentos na realidade posta.

Seguindo a perspectiva marxiana “nenhum fenômeno se expressa apenas em sua singularidade ou universalidade. Como opostos, identificam-se e a contínua tensão entre eles (singular-universal) se manifesta na configuração particular do fenômeno” (PASQUALINI & MARTINS, 2015, p. 365). Com isto, queremos dizer que os cinco entrevistados representam também a universalidade e não apenas a singularidade, possibilitando generalizações, a fim de compreender o fenômeno social em debate.

4.5 Apresentação dos dados

Os dados estão expostos no corpo textual, por meio da citação de fragmentos das entrevistas dos participantes da pesquisa e para melhor ilustrar algumas informações, apresentamos também, mapas e tabelas dispostos no capítulo de apresentação dos resultados e discussões.

Os nomes fictícios foram dados referindo-se a plantas nativas do cerrado para que não houvesse a identificação dos entrevistados.

5 REDE DE ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS? VISÃO DE ALGUNS PROFISSIONAIS DE LAJEADO/TO

Neste capítulo apresentamos os ditames da criação da rede de enfrentamento às violências por meio da pesquisa documental e posteriormente os dados das entrevistas com os(as) profissionais da rede, a partir das 4 categorias de análise criadas. Mantivemos na íntegra a originalidade das falas de cada participante. Na primeira categoria buscamos apresentar quem é esse(a) profissional que compõe a rede, formação, tempo na rede, dentre outros aspectos. Na segunda categoria buscamos a avaliação dos profissionais sobre a rede até o atual momento. Na terceira categoria vamos discutir o que se tem feito na rede e a sua efetividade frente ao modo capitalista de produção e por fim e não menos importante a quarta categoria que categorizamos os desafios e possibilidades da rede de enfrentamento às violências em Lajeado-TO.

5.1 A rede de enfrentamento às violências de lajeado

A formação da rede de enfrentamento às violências do Município de Lajeado tem seu início em 2021, por meio do Estágio Curricular Específico I, vinculado à Defensoria Pública da Comarca de Miracema do Tocantins, contando com a participação de 4 estagiários e duas supervisoras do Curso de Psicologia e um supervisor de campo de campo (psicólogo) da equipe multiprofissional da Defensoria Pública.

A Universidade Federal do Tocantins, por meio do Curso de Psicologia, a partir do ano de 2021 deu todo o suporte ao município de Lajeado-TO para a implantação da rede de enfrentamento às violências, como observou-se acima. Contudo, a coordenação da rede sempre foi de um dos servidores que compunham a rede, ficando a cargo dos profissionais a eleição do coordenador, contando com o assessoramento da Prof. Dra. Juliana Biazze Feitosa e os estagiários.

A rede se estruturou inicialmente com algumas políticas públicas que se dispuseram a dar o pontapé inicial, tais como: Saúde, Assistência Social, Educação, Defensoria Pública e Conselho tutelar, representadas pelos técnicos dos serviços vinculados às respectivas políticas públicas. De acordo com os dados coletados no Relatório de Estágio de 2021, percebeu-se que inicialmente o projeto abrangeu 2 municípios: Lajeado e Tocantínia, uma vez que Miracema do Tocantins não aderiu à proposta naquele momento.

Cabe destacar que em 2021 ainda estávamos vivendo a Pandemia da Covid-19, por isso todas as ações junto à rede de enfrentamento à violência de Lajeado e Tocantínia ocorreram na modalidade remota, o que inviabilizou o contato pessoal com os participantes de cada município, por isso cabe destacar as limitações que os estagiários destacaram no relatório de estágio:

Por um lado, existia a facilidade de reunir profissionais de diferentes áreas de atuação e municípios, o que enriqueceu o trabalho e eliminou custos de deslocamento. Entretanto, foi possível verificar que nem todos participavam ativamente das discussões, muitos, senão todos, não abriam a câmera, a não ser em breves momentos. Além disso, muitos participavam do encontro no próprio ambiente de trabalho, durante o expediente, o que pode ter enfraquecido as discussões e a captação dos conteúdos trabalhados em alguns momentos (SILVA *et al*, 2021, p. 15).

Contudo, apesar de todos os empecilhos na qual a rede foi implantada, aconteceram 9 encontros que foram avaliados positivamente pelos estagiários de acordo com a vivência, como mostra o quadro a seguir e os objetivos de cada encontro no primeiro semestre.

Quadro 1: Reuniões da rede e resumo dos encontros do primeiro semestre de 2021.

Nº de encontros e temas	Data dos encontros	Objetivos dos encontros/transcrição
Nº 1 – “Acolhimento e apresentação da proposta”	14/06/2021	Conhecer os profissionais, apresentar a proposta da criação da Rede de proteção às violências;
Nº 2; Nº 3 – “Roda de conversa: Enfrentamento às violências”	21/06/2021 e 28 /06/2021	Expor aos profissionais os tipos de violências e fazer a identificação das violências mais comuns nos atendimentos;
Nº 4; Nº 5 - “Roda de conversa: Trabalho em Rede”	05/07/2021 e 12/07/2021	Entender se há atendimento em rede no município ou uma rede de serviços e identificar as possíveis

		potencialidades e dificuldades do trabalho intersetorial; atribuição da rede;
Nº 6 - Relato de Experiência de formação de redes	19/07/2021	Mostrar aos profissionais que a proposta de se implantar uma rede de proteção é benéfica aos usuários do município; apresentar metodologias que facilitam o atendimento e a notificação dos casos;
Nº 7 - Divisão por grupo	26/07/2021	Identificar por meio de uma dinâmica separada por 6 eixos temáticos, quais eram os passos iniciais para a implantação da rede de proteção às violências;
Nº 8 - Divisão do grupo (Por municípios)	02/08/2021	Dividir os grupos de Lajeado e Tocantínia, pois a realidade de cada município é diferente, para que o trabalho seja mais focal;
Nº 9 - Encerramento	09/08/2021	Definir a continuidade dos encontros para que se implantasse a Rede de proteção;

Fonte: SILVA *et al*, 2021.

Esses foram os primeiros encontros que marcaram a estruturação da rede de proteção de Lajeado, bem como serviram de formação inicial para os profissionais compreenderem o que é a rede de proteção às violências. Essa rede de proteção visa o trabalho colaborativo,

conjunto, intrasetorial, intersetorial e interdisciplinar, visando a prevenção das violências e promoção de direitos. Havia no município uma rede de serviço, contudo ela precisava ser fortalecida e trabalhar de forma integrada. A priori percebemos que as reuniões foram de grande importância para que a rede se constituísse, uma vez que, reunia todos os profissionais de diversos serviços em um mesmo espaço para debater assuntos semelhantes.

No segundo semestre de 2021, as reuniões da rede de prevenção às violências prosseguiram, sendo enviado um ofício ao prefeito do município de Lajeado, com o intuito de fortalecer e oficializar a participação das secretarias municipais na rede. A seguir, apresentamos o número dos encontros e os objetivos destes.

Quadro 2: Reuniões da rede e resumo dos encontros do segundo semestre de 2021.

Nº de encontros e temas	Datas dos encontros	Objetivos dos encontros/transcrição
Nº 1 – Reunião com as representações de Tocantínia e Lajeado	30/09/2021	Apresentar o que foi elaborado no primeiro semestre; Mostrar a importância da coleta de dados para mapear os ambiente mais vulneráveis à violência.
Nº 2 - Reunião da Rede de Lajeado	29/10/2021	Eleger um coordenador; levantar qual a principal demanda dos profissionais;
Nº 3 - Reunião da Rede de Lajeado	14/11/2021	Encaminhamentos sobre a capacitação; Definição de temas abordados;
Nº 4 - Reunião da Rede de Lajeado	26/11/2021	Entregar ofícios para as secretarias(referente ao evento/capacitação); Parceria com a Universidade Federal do Tocantins para a abertura

		de campo de estágio visando o fortalecimento da Rede de proteção às violências.
Nº 5 - Evento de capacitação: I Seminário Online Da Rede De Enfrentamento Às Violências De Lajeado - Tocantins Rede De Enfrentamento Às Violências De Lajeado- TO.	02/12/2021 e 03/12/2023	<p>Realização de palestras:</p> <p>1º- “Violências: multideterminações, sinais de identificação e estratégias de enfrentamento” ministrada pela profa. Dra. Juliana Biazze Feitosa.</p> <p>2º - As atribuições dos serviços públicos na rede de proteção/enfrentamento às violências”. Ministrada por Me. Murillo José Digiácomo, Procurador de Justiça no Estado do Paraná</p> <p>Mesa redonda:</p> <p>“A notificação obrigatória de violências: uma ferramenta para o diagnóstico e o trabalho intersetorial” com os profissionais da SESA Me. Emerson Luiz Peres (SESA/PR) e Simone Matias Gondim (SESA/TO)</p> <p>Apresentação de um material informativo sobre o enfrentamento à violência produzido por acadêmicos da UFT.</p>

Nº 6 - Reunião da Rede	10/12/2021	Avaliação do Seminário; Encaminhamentos para o ano de 2022- Encontros quinzenais, Encontros presenciais em uma sala no CRAS.

Fonte: SILVA *et al*, 2023.

Esses foram os encontros que deram início ao processo de implantação da Rede de enfrentamento às violências de Lajeado, atualmente a Rede é composta pelos serviços que no início do processo se disponibilizaram em participar das reuniões. Cabe ressaltar que, a Rede de proteção às violências não se destina a um público apenas. A rede de proteção abrange todos os tipos de violência, física, psicológica, patrimonial, sexual, trabalho infantil, bem como todos os públicos do município de Lajeado, mas para que haja o levantamento dessas informações, precisou-se capacitar os profissionais para realizarem a notificação que:

Trata-se de uma ferramenta que tem como objetivo principal produzir dados epidemiológicos, que forneçam informações que possibilite a implementação de ações em Políticas Públicas com resultados efetivos. (...). Os indicadores são importantes para a elaboração, construção e efetivação de ações e serviços pertinentes à realidade de cada local, permitindo projetos e programas aprimorados e coerentes com cada cenário. Além disso, a ficha pode ser um disparador dos encaminhamentos necessários às vítimas (PEREIRA, 2019, p. 10).

Notificar os tipos de violência e o público mais afetado é de suma importância para promoção de intervenções preventivas, bem como captação de recursos para incentivo ao enfrentamento das violências. Contudo, é importante lembrar que as redes possuem suas peculiaridades, que mudam de acordo com os serviços oferecidos pelos municípios. É necessário entender o que cada Serviço deve realizar para entender seu papel na rede.

Abaixo segue o organograma com os principais serviços da rede e suas atribuições para com a população beneficiária.

Figura 5 – Organograma da rede de lajeado



Fonte: Mateus Araujo de Oliveira

Os estagiários de psicologia da UFT, com a colaboração da rede de Lajeado, produziram o diagnóstico participativo por territorialização. De acordo com Lavoratti e Holzmann (2007, p. 169), “o diagnóstico participativo é um instrumento que propicia aos diversos atores sociais uma maior possibilidade de desenvolver um processo reflexivo sobre a realidade local, consolidando a participação da sociedade civil no planejamento, execução (...)”. O diagnóstico é um importante instrumento que auxilia a rede de enfrentamento às violências, pois por meio dos levantamentos das informações do território, conseguir-se-á fazer planejar as intervenções contra a violência nos territórios mais vulneráveis.

Em 2022, a Rede continuou com suas atividades de fortalecimento de vínculos entre os serviços, capacitações e reuniões periódicas, conforme disposto nos quadros abaixo, relativos ao primeiro e segundo semestre de 2022.

Quadro 3: Reuniões da rede e resumo dos encontros do primeiro semestre de 2022.

Nº de encontros	Datas dos encontros	Objetivos/descrição dos encontros.
Nº1 - “Acolhimento e apresentação dos serviços e a importância do fortalecimento da rede” em Lajeado	05/04/2022	Deliberação da importância da notificação dos casos de violência; Escuta qualificada dos usuários que sofreram violência; organização de capacitação contra a violência produzida por profissionais e organização do evento de 18 de maio.
Nº 2 - Encontro presencial da rede de proteção de enfrentamento às violências em Lajeado	19/04/2022	Encontro com as secretarias municipais e prefeito para regularizar a rede de enfrentamento às violências; Alusão a realização do diagnóstico participativo por territorialização; Protocolo de atendimento às vítimas de violência que intermediaria a criação do Fluxo de atendimento e definição de qual o papel de cada serviço.
Nº 3 - Encontro presencial da rede de proteção de enfrentamento às violências	03/05/2022	Organização do 18 de maio: Dia Nacional do combate ao abuso e à exploração sexual;

em Lajeado		deliberar o que cada serviço iria fazer no dia.
Nº 4 - II Seminário de enfrentamento às violências de Lajeado-To - dia 24/05 das 08h às 11h	24/05/2022	Falar sobre os tipos de violências, níveis de gravidade, violência estrutural; consequências da não notificação; Os trâmites da notificação obrigatória; A importância do trabalhar em rede.

Fonte: COSTA; PEREIRA; SILVA, 2022.

Quadro 4: Reuniões da rede e resumo dos encontros do primeiro semestre de 2022.

Nº de Encontros	Data dos encontros	Objetivos/ descrição dos encontros
Nº 1- Reunião da Rede de Enfrentamento às violências	23/08/2022	Estudo de caso e encaminhamentos possíveis; Deliberações sobre capacitações com representante do ministério Público e profissional da Educação Inclusiva; Volta das oficinas no CRAS; Deliberações sobre o Diagnóstico participativo por territorialização que ficou a cargo dos estagiários; Criação de ofícios referente a urgência de se voltar as oficinas no CRAS; Discussão sobre a criação do fluxo de atendimento e criação do protocolo de atendimento à vítima de violência.
Nº 2- Reunião da Rede de Enfrentamento às violências	06/09/2022	Confirmação da capacitação com a representante do Ministério Público: 20/09/2022 às 8:00; deliberações sobre a capacitação referente a Educação

		Inclusiva; atualizações dos estudos de casos; Troca de coordenação da Rede; Deliberações sobre o dia D de Prevenção ao suicídio que aconteceu dia 24 de setembro de 2022.
CAPACITAÇÃO: Atualizações sobre as legislações recentes	20/09/2022	Informar aos participantes da rede a necessidade de compreender as legislações vigentes e atualizações que aconteceram no ECA.
CAPACITAÇÃO: Educação Inclusiva e sala de recurso: Capacitação profissional.	30/09/2022	Demonstrar para os profissionais da educação formas de trabalhar na sala de recurso e na educação inclusiva para que não haja produção de violência contra as crianças que necessitam desse espaço.
Nº 3- Reunião da Rede de Enfrentamento às violências	31/10/2022	Discussão sobre a criação do fluxo de atendimento e criação do protocolo de atendimento às vítimas de violência; simulação de trabalho em rede e encaminhamentos com um caso fictício.
Evento de extensão regional: escuta especializada e depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violências graves - Etapa I	22/11/2022	O evento trouxe em voga os principais conceitos e aplicação e em que condições deve ser feito o Depoimento especial e a Escuta especializada, um dos principais objetivos é evitar a revitimização dos usuários que já sofreram violência fora dos serviços.

Fonte: SANTOS; OLIVEIRA; MENEZES, 2022.

Esses foram todos os encontros e capacitações que foram registrados em Relatório de Estágio durante os anos de 2021 e 2022. As capacitações derivadas das reuniões são de suma

importância, como destaca Mafioletti (2018) nas atas de reuniões da Rede Intersetorial da Atenção às mulheres em Situação de Violência (2008 - 2013):

Em distintos momentos identificou-se a necessidade de capacitação nas diversas entidades que compunham a Rede, e as próprias reuniões eram utilizadas como espaço para realizar essas formações. Nesse sentido, percebe-se que as capacitações também são necessárias pela falta de cultura institucional do trabalho em rede ou trabalho horizontalizado (MAFIOLETTI, 2018, p. 228).

No processo de implantação da rede, no ano de 2021, o foco do trabalho voltou-se para conhecer a proposta do trabalho em rede no enfrentamento às violências e os territórios do município, que possibilitou o mapeamento da rede. A formação continuada foi uma atividade central, bem como o próprio desenho da rede, com seus objetivos e metas. Em 2022, também realizamos formações, como: o I Seminário Online Da Rede De Enfrentamento Às Violências De Lajeado -Tocantins e II Seminário de enfrentamento às violências, educação inclusiva, abarcando principalmente professores da rede de ensino, bem como atualizações sobre as legislações vigentes; no qual os serviços puderam compreender melhor quais suas atribuições e o que é a rede de enfrentamento às violências. Ademais, realizamos estudos de caso, organização de ações de prevenção em rede e início da construção do fluxo de atendimento.

Algumas das deliberações da rede não realizadas devido ao tempo de estágio, ou mesmo por questões burocráticas, uma vez que reunir os profissionais foi se tornando cada vez mais difícil, como observamos nos quadros de 1 a 5, diminuindo a frequência das reuniões. O termo burocracia aqui é emprestado de Motta, em seu estudo sobre Marx:

(...)para o jovem Marx o Estado deveria efetivamente representar o interesse geral. Todavia, isto não ocorria de fato. Não ocorria, porque a burocracia se apresentava ela própria como uma corporação, ou seja, como uma sociedade particular e fechada no centro do Estado. Dessa forma, longe de representar uma ponte entre os interesses particulares e o interesse geral, a burocracia servia a seus próprios interesses, isto é, agia como uma corporação que se defendia em oposição às demais corporações (MOTTA, 1986, p. 21)

De forma geral, a rede se mostrou ativa mesmo diante de alguns entraves e ausências de representantes de algumas políticas públicas. A comunicação deve ser um ponto chave para que os serviços possam se organizar frente às demandas que aparecem. Durante os dois anos analisados, percebe-se que a rede está conseguindo realizar ações que podem ser consideradas importantes para o município de Lajeado do Tocantins, a isso cabe a dedicação dos agentes sociais de se implicarem na luta pela proteção social dos usuários.

A seguir, qualificamos essas análises, por meio da pesquisa de campo com os atores sociais da rede.

5.2 Identidades: Quem são os profissionais que compõem a rede de enfrentamento às violências?

As entrevistas permearam 4 serviços e 5 entrevistados, conforme detalhado na metodologia, da qual pudemos notar que a média de idade dos servidores é de 35,4 anos, sendo a maior idade 40 anos e a menor 30 anos. A maioria dos profissionais entrevistados foram as pessoas com mais tempo de participação na rede, no total de 3, em relação aos outros dois profissionais. O primeiro entrevistado começou a participar da rede esse ano: “Eu estou desde Três de Maio De 2023 (JATOBÁ, 2023)” e o segundo não relatou o tempo de participação na rede, contudo, quando analisamos os relatórios de estágios, percebeu-se a participação desde o início. Conforme notamos abaixo, é o caso da maioria dos profissionais o tempo de participação na rede de enfrentamento às violências:

Ah, eu creio que tenho uns 2 anos já (BACURI, 2023).

Na rede desde o início, dois anos (BABAÇU, 2023).

(...) participando da rede desde quando ela iniciou, que foi então lá em 2021 (PEQUI, 2023).

O tempo de participação na rede é muito importante para nosso trabalho, uma vez que, esses profissionais vivenciaram todo o processo de implantação e agora a implementação. A maior parte desses profissionais também possuem ensino superior, em decorrência da sua área de atuação. Temos: 1 psicóloga, 2 assistentes sociais, um lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e o outro na Secretaria Municipal de Educação. Dois participantes não informaram a escolaridade. No que diz respeito ao sexo dos(as) participantes, temos: três pessoas do sexo masculino e duas do sexo feminino.

No que tange ao tempo de atuação profissional de cada entrevistados, percebeu que a maioria possui mais de 3 anos de experiência, chegando até a 7 anos de atuação profissional, como percebemos nos fragmentos abaixo.

Eu estou desde três de maio de 2023 (JATOBÁ, 2023).

É 7 anos e 10 meses (BACURI, 2023).

Eu tenho só três anos (BABAÇU, 2023).

Estou aqui no CRAS desde setembro de 2017 (PEQUI, 2023).

Estou no CRAS desde 03/03/2015, como servidor efetivo (MURICI, 2023).

Cabe destacar que o tempo de atuação dos profissionais é de lotação no serviço atual, a pesquisa não abrangeu o tempo de atuação em outros serviços do mesmo profissional. Segundo Mafioletti (2018), o tempo de atuação na rede é muito importante, pois se há muita rotatividade em um serviço, prejudica a qualidade de atendimento dos usuários e consequentemente os objetivos da rede, bem como o trabalho intersetorial. Dessa forma, sabendo que a rede é composta por diversos serviços, se um serviço tem sua intrassetorialidade defasada vai prejudicar posteriormente o trabalho em rede.

Os profissionais que citamos estão na linha de frente do enfrentamento às violências, por isso perguntamos: Quais são as principais violências que acometem a população de Lajeado e há algum público vulnerável? Saber quais as principais violências que acometem um município é importante para o planejamento das políticas públicas que irão beneficiar aquela população.

Está chegando bastante violência física contra crianças e adolescentes, no fique em casa na pandemia e também violência contra a mulher, só que essa violência é a que menos chega, por o município ser pequeno todo mundo se conhece então fica difícil, mesmo que ligações anônimas, mas essa pessoa ela tem medo e aí prefere não fazer essa denúncia procurar o órgão (BABAÇU, 2023).

Observo que Lajeado tem uma rotatividade de pessoas, né? Não sei porquê, ainda... questão da hidrelétrica, né? Então tem muitas famílias reconstruídas, né? Essa família é reconstruída. Acontece muitas questões de violência, né? Dentre elas: a violência doméstica, né? Acontece já aconteceu o caso de violência doméstica que chega até a escola, chega na escola através da criança, ela faz revelações livres, espontâneas, chegou a diversos casos que a criança revela (JATOBÁ, 2023).

Não é diferente com os outros serviços na identificação dos tipos de violências, por mais que ainda haja dificuldade nas denúncias. Os tipos de violências foram abordados em duas capacitações que a rede promoveu, percebemos que há um resultado no que diz respeito ao discurso dos profissionais no que tange a identificação das violências. Apareceu também, “violência patrimonial, na qual os idosos acabam sendo os mais vulneráveis e nesse sentido o CRAS vem trabalhando na prevenção dessa violação” (MUNANGA, 2023).

Nossa pretensão na pesquisa era de entrevistar ao menos 1 representante das políticas públicas de referência no enfrentamento às violências (assistência social, saúde e educação), todavia, a representante da saúde não deu retorno sobre a possibilidade de fazer a entrevista. A partir das atas dos relatórios, notamos a ausência da saúde nas reuniões da rede de forma geral. Tal fato revela uma fragilidade da rede, considerando a importância da saúde no enfrentamento à violência. Vale destacar que a ausência não é apenas da Saúde, a Segurança Pública, Ministério Público e Judiciário também não se fazem presentes.

A seguir vamos compreender qual a visão dos profissionais sobre a rede de enfrentamento à violência, de acordo com suas vivências nos quase três anos de implantação da rede no município.

5.3 Implantando e implementando: visão dos profissionais sobre a rede.

Iniciamos a discussão com a seguinte questão norteadora: O que é implantação? A implantação diz respeito ao ato de se propor algo ou alguém para que se realize uma determinada ação nova em determinado lugar. O ato de implementar se refere a manutenção da ação que foi implantada (DENIS; CHAMPAGNE, 1997).

Em relação à atual composição da rede de enfrentamento às violências, os entrevistados destacam:

Saúde, creas, cras, educação, assistência social, CT (BABAÇU, 2023).

A educação, saúde, conselho tutelar, CREAS, CRAS, todos os órgãos têm a participação da rede (BACURI, 2023).

A gente tem educação, saúde, assistência social e os serviços que tem, né? Como CREAS, conselho tutelar, toda essa rede ela trabalha para o enfrentamento. Então, toda essa é rede articulada, toda essa rede com os demais órgãos, com o Ministério público, vara da infância e Juventude, articula toda essa rede de enfrentamento (JATOBÁ, 2023).

A maior participação é, CT, CREAS e CRAS e Educação tem melhorado bastante (MURICI, 2023).

Os profissionais conseguem visualizar os serviços que participam da rede, contudo, apenas um profissional articulou a rede de prevenção às violências com algum representante do judiciário, por exemplo, totalizando 2 encontros.

Pela análise dos relatórios de estágio, constatamos que existiram diversos encontros e ações preventivas e formativas, que partiram das reuniões em rede e das necessidades dos profissionais dos serviços que fazem parte, contudo, na entrevista, julgamos importante saber o que os profissionais entendem por rede de enfrentamento às violências:

A gente está criando ainda, né? Que está estruturando ainda, vai servir de como encaminhar, de como fazer, né? Aquilo todo aquele procedimento. (...). O enfrentamento à violência é bem amplo, né, porque envolve toda a sociedade, os lares, individual, coletivo e da comunidade. Então essa estruturação que eu falo de Lajeado que precisa, é justamente para a gente fazer a prevenção (JATOBÁ, 2023).

A rede de enfrentamento eu entendo que são grupos de servidores de vários órgãos, né? Reunido em um só objetivo, né? Que é amenizar os casos, né? De violência contra as crianças e adolescentes (BACURI, 2023).

Olha, antes tinha o combate às violências, hoje já mudou né, que é o enfrentamento, todos juntos enfrentam para combater essa violência, não acabar de vez porque isso é impossível, mas na luta com campanha com a formação dessa rede também, nesse intuito, porque aqui em Lajeado não tinha essa rede, a professora Juliana está aí lutando, tem dificuldade de funcionar essa rede, mas ela nunca desistiu (BABAÇU, 2023).

Bom, o que eu entendo de rede é esse fortalecimento. Né? De todos os órgãos, para que a gente consiga aprender de uma forma mais completa e sem... cada órgão de forma naturalizada, está fazendo aquele atendimento e que possa a rede toda realmente pensar na melhor solução para aquela família, para aquela demanda que chega, então seria otimizar e minimizar essa questão de ficar repassando para um ou para outro e mais que a rede consiga de uma forma integral atender aquela família (PEQUI, 2023).

Várias políticas envolvidas, principalmente assistência social, educação e saúde. O Pilar, né? que venham garantir, o enfrentamento dessas violências é isso, né? Tem profissionais de cada secretaria voltada para aquele público que a gente atende, o mesmo público que fica na assistência frequenta lá a saúde e a educação (MURICI, 2023).

Percebeu-se que os profissionais conseguem identificar o que é uma rede, elencando algumas atribuições tão importantes: reunir, enfrentar, fortalecer, otimizar, minimizar. O processo de reconhecimento é importante para que a atuação esteja de acordo com a sua visão integradora, práticas intersetoriais e interdisciplinares.

O conceito de rede que tomamos como referência é o de Junqueira (2000), Motti e Santos (2008) e Njaine (2006), que a entendem como diversos atores sociais que estão em contato, ou seja, em articulação constante para que haja promoção social, para isso os serviços devem estar trabalhando intersetorial, intrasetorial, transetorial e interdisciplinarmente. O modo organizativo dá ênfase a práticas humanizadoras e homogêneas, diminuindo o risco de um caso passar pela revitimização de serviços que deveriam proteger.

Essa questão, quando tinha um caso todos os órgãos atendiam, o que acontecia, toda a rede atendia o mesmo caso e depois da rede, toda a rede junta atendia aquele caso, então, as vezes estávamos atendendo o mesmo caso aqui, eles falavam, Ah assistência não faz nada sendo que eles não sabiam que a assistência já estava com esse caso e com a rede não, isso acabou né porque o mesmo caso todo mundo atende cada um faz sua parte e anda né (BABAÇU, 2023).

Esse fragmento exemplifica o que é um trabalho não setorial e individualizado, como os serviços se comportam dentro da desarticulação. Em conformidade com a Secretaria de Estado de Saúde (SES) (GOIÁS, 2019, p.11): “Para que a organização da Rede às Pessoas em Situação de Violências funcione de maneira efetiva e eficaz, é fundamental que ela seja estruturada e articulada de acordo com as dimensões territoriais existentes”. É impossível trabalhar em rede sem conhecer as atribuições dos serviços que a compõem.

Um outro aspecto que apareceu foram as atividades que a rede de enfrentamento realizou, alguns profissionais apresentam uma visão de ação internas/micros e outros(as) possuem uma visão mais macro, pensando no município, como vemos abaixo:

A única que foi feita foi o 18 de maio que foi tudo lindo, mas os bastidores não foi assim não, foi a primeira que foi feita através da rede (BABAÇU, 2023).

As ações são as reuniões Né? A gente traz para dentro da nossa realidade, né? As ações realizadas nas escolas, como as campanhas e. No entanto, é isso no momento que a gente está realizando essas campanhas mesmo (BACURI, 2023).

É uma problemática que a gente tem, né, que são as diversas expressões e manifestações da questão social que perpassa todo no cotidiano, né? E, conseqüentemente, ela chega até a escola. Eu observo que no município Lajeado não está tão forte vinculado a essa questão da prevenção. E quando falta a prevenção...chega na escola (JATOBÁ, 2023).

A gente faz reunião e tenta discutir. a gente tem feito reuniões sistemáticas, né? Todo mês a gente faz uma reunião com a equipe junto com a Juliana, né? E pra estar discutindo casos, está estudando, buscando sistematizar realmente uma forma mais eficiente, essa rede (PEQUI, 2023).

As ações ainda se mostram reduzidas a atividades internas de discussões de casos, alinhamento de informações, capacitações que os profissionais necessitam. Em se tratando de funcionamento, percebemos que a rede se reúne de 15 em 15 dias, o convite se dá por meio de grupo de whatsapp da rede, entretanto, ainda é perceptível a dificuldade em conciliar os horários para ampla participação dos profissionais. De acordo com Paraná, (2010, p. 47): “É fundamental que a rede estabeleça encontros periódicos para alinhar estratégias de intervenção, definir procedimentos e criar métodos de trabalho em conjunto”.

É possível perceber que atualmente continua a implementação/manutenção da rede, contudo, o que se busca é a autonomia da rede por parte da professora da UFT, que atualmente é quem convoca e mobiliza os atores para a participação da rede. Percebe-se que há um desejo expresso em profissionais para que a rede de prevenção às violências continue, como podemos perceber no trecho que segue, na qual a profissional relata:

As reuniões nossas mesmo da equipe, em algum momento a Juliana vai sair, né? Não vai dar continuidade nessas reuniões, porque, querendo ou não, ela que vai lá - gente reunião tal dia, pode ser? Então assim, ela puxa, né? Eu acho que o que pode fortalecer é isso da rede decide manter essas reuniões, já sabe que continua fazendo porque tem lá a Juliana que puxa, né? (PEQUI, 2023).

Como observou-se a rede foi implantada e implementada no município de Lajeado, os profissionais conseguem identificar o que é uma rede de enfrentamento às violências, bem como nomeando os serviços que fazem parte da rede. É possível perceber que a implementação se dá em razão do trabalho intersetorial que os profissionais realizam uns com

os outros. Na próxima seção vamos abordar os efeitos dos trabalhos intersetoriais e as consequências para o modelo organizativo atual da nossa sociedade.

5.4 A rede não é uma reunião a cada 15 dias

Nessa seção buscamos elucidar como os profissionais se relacionam com os outros serviços e como o modo de produção capitalista interfere nessas relações, ultrajadas em órgãos superiores que podem ou não impedir o trabalho em rede. Isto posto, compreendemos que a rede deve possuir comunicação horizontalizada e clara sobre todos os processos que decorrem das tomadas de decisões coletivas.

Duas perguntas foram feitas aos profissionais que nortearam essa seção, que são elas: Como se dá a relação entre os serviços que a compõem? Como você avalia a comunicação e integração dos serviços da rede? As respostas perpassam a lógica da cordialidade e da boa comunicação, apesar disso, percebemos na fala dos(as) participantes, que há dificuldades quanto a comunicação, entre um ou dois serviços que fazem parte da rede.

Como está a relação entre os serviços profissionais? Eu acho que está muito boa, né? A gente já teve mais dificuldade, mas hoje pela equipe que se encontra, CRAS, a gente tem uma relação muito boa de encaminhamento, de discussões de casos, né? Que eu falei com a educação, né? com o profissional que está lá, ele também, ele é engajado, ele vem, traz. Com a saúde, né? Os profissionais que tem no NASF, que é a psicóloga e a assistente social. De lá, a gente tem uma boa relação com todos, né? Então, de encaminhamentos, de discussões. Eu acho que essa é uma das vantagens, né? Uma das potencialidades é essa, um bom relacionamento dos profissionais que estão dentro dessa rede, hoje ela é muito boa. (...)Antes a gente não tinha nem relação com o CREAS (...) Eu vejo que hoje é uma potencialidade grande. É isso. Profissionais que estão ali que pensam da mesma forma, que são complementos e não concorrentes (PEQUI, 2023).

Anteriormente a dificuldade era Maior mesmo de comunicação; estreitou, está bom (MURICI, 2023).

É essa relação, é...A gente vê que pelos profissionais tem proximidade, a gente tem essa facilidade. Como eu já falei antes, tem essa proximidade dos profissionais. (...) fragmentado. É, eu tenho proposto, dentro do meu plano de atuação, colocar na agenda os serviços (JATOBÁ, 2023).

É tranquilo, a relação entre a gente é tranquila (BACURI, 2023).

Anda bem, aqui o CREAS funciona, a cada 15 dias temos um encontro com o NASF para passar casos e CT também tem uma relação boa, CRAS também, a dificuldade é a educação mesmo, mas nós estamos tentando, vai dar certo (BABAÇU, 2023).

O processo de se trabalhar em rede, como pode ser percebido na fala dos profissionais, irrompeu num processo de integração e conhecimento da atribuição dos outros serviços. Isso é o que já apontamos durante o trabalho. Percebemos que a rede não é apenas um encontro ou

uma reunião pré-marcada quinzenalmente. No entanto, os desafios de trabalhar em rede não estão circunscritos a realidade de Lajeado, eles transcendem, pois o trabalho em rede é contra hegemônico no Capital, sendo expresso de forma singularizada em cada território.

No caso brasileiro, a configuração do Estado tem a setorialização e fragmentação como constitutivas da estruturação histórica das políticas públicas, concebidas e organizadas para serem implementadas isoladamente, sem que haja planejamentos conjuntos e ações articuladas. A lógica setorial expressa-se na estrutura administrativa, dos três níveis de governo, na formulação, coordenação e execução dos serviços públicos, e via de regra, cada área da política pública especializa-se com a definição de normativos, procedimentos buscando recursos (humanos, físicos e orçamentários) para sua viabilização (WANDERLEY; MARTINELLI; PAZ, 2020, p. 08).

Como podemos perceber, a lógica setorial está arraigada em nossa sociedade desde a criação das políticas públicas que legitimam o trabalho em rede. Durante as entrevistas percebemos que algumas secretarias ainda se mostram relutantes quanto ao trabalho da rede, não liberando seus profissionais ou não convidando para ações em conjunto e isso inviabiliza a intersetorialidade e a interdisciplinaridade, como podemos perceber na fala dos participantes:

Porém a gente percebe a dificuldade nas gestões das secretarias de trabalharmos juntos, né? de realmente não ter a ciumeira, como a gente costuma falar, né? Porque às vezes a educação está fazendo tal ação, então não convida, não chama o outro serviço ou a assistência está fazendo, talvez não chama, a saúde faz também e não chama. Só que aí eu acho que não é do profissional, é da gestão mesmo, a ciumeira do secretariado. Não dá visibilidade ao serviço, como se estivesse tomando (JATOBÁ, 2023).

No bojo da gestão política existem tensionamentos que são desvantajosos às políticas sociais e posteriormente aos usuários que dela podem ser beneficiados. Segundo Wanderley, Martinelli e Paz (2020), a intersetorialidade e os benefícios que ela produz dentro das políticas públicas é inseparável da qualidade de vida da população, contudo, colocá-la em prática é uma dificuldade nos âmbitos federal, estaduais e municipais. Percebemos que numa prática individualista de setores, a intrasetorialidade pode se tornar um empecilho para que a rede tenha um trabalho resolutivo e cooperativo, a partir do momento em que, os atores sociais dentro da sua especialidade ou mesmo secretaria burocratizam os processos para que não tenha comunicação com outros serviços (BRASIL, 2018). O trabalho em rede pode estreitar os vínculos dos profissionais e serviços que fazem parte dela e melhorar constantemente a qualidade dos serviços prestados.

Questões relacionadas à ação coletiva tornam-se fundamentais porque demonstram que se trata de um contexto marcado por um conjunto de atores distintos, com preferências heterogêneas, com recursos de poder distintos e assimetricamente

distribuídos, e que precisam resolver seus problemas de coordenação, cooperação e comunicação (CALMON; COSTA, 2013, p.13).

É importante demarcar que a ação coletiva muda a perspectiva de atuação, superando a lógica da individualidade e da setorialidade. Cada serviço possui suas atribuições que devem ser seguidas, entretanto, isso não exige de haver contato com outros serviços. Percebeu-se que antes da rede ser implantada no município, existia uma dificuldade no que tange ao contato com outros serviços, seguindo-se a lógica da setorialização de cada serviço.

Essa questão, quando tinha um caso todos os órgãos atendiam,(...) então às vezes estávamos atendendo o mesmo caso aqui, eles falavam, ah assistência não faz nada sendo que ele não sabia que a assistência já estava com esse caso e com a rede não, isso acabou né porque o mesmo caso todo mundo atende, cada um faz sua parte e anda né (BABAÇU, 2023).

Acho que seria importante do seu trabalho saber que isso foi em 2018 ou 19, né? A gente teve um... Foi um momento que era sobre dependência química. Que foi feito algum trabalho e disso veio essa questão da gente, do trabalho em rede. E aí, o que a gente percebe que, às vezes, a própria rede não sabe para onde encaminhar, qual é os órgãos, o que os outros serviços oferecem, né? Então, às vezes, “ah, CRAS não está fazendo nada”, mas tem também uma demanda que não é do CRAS. Aí nessa época foi isso, né, da gente propor que de fortalecer essa rede, de fazer o Organograma de encaminhamento para onde vai, o que que cada órgão faz e outro projeto na época, era esse que a gente começar a fazer reuniões em todos os órgãos da rede, com todas as secretarias. Delegacia, né, tudo? Mas assim, a reunião era aqui, então, o CRAS iria se apresentar, qual que é o serviço que CRAS, aquilo que a gente faz, o que que a gente oferece, ia pro CREAS...unidade básica de saúde, Secretaria de esporte...(PEQUI, 2023).

Durante as entrevistas percebeu-se também que os profissionais já tiveram uma tentativa de implantação de uma rede, tendo em vista a necessidade de conhecer mais os serviços públicos que existiam no município. Também foi uma iniciativa da UFT, contudo “eles pararam e a gente não deu conta de caminhar com nossas próprias pernas (PEQUI, 2023)”. Os serviços precisam ser interdependentes no sentido de criar mecanismos de continuar suas atividades mesmo sem um propulsor.

Sem a noção de interdependência as redes de políticas públicas correm o risco de se tornar uma panaceia, um termo que se aplica a qualquer grupo de indivíduos e a qualquer política pública. Atores são interdependentes porque não podem produzir sozinhos os produtos e resultados gerados pela política pública, portanto dependem dos outros para que esses sejam gerados. Em outras palavras, os recursos financeiros, políticos e organizacionais necessários para produzir os produtos e resultados, além da informação essencial para implementar as ações preconizadas, estão distribuídos por uma ampla gama de atores e organizações dentro e fora do governo (Calmon e Costa, 2013, p.13).

Os serviços precisam compreender a necessidade que possuem dos outros mecanismos sociais para a produção de proteção social aos sujeitos que sofreram algum tipo de violência, os resultados que a rede produz é resultado do trabalho conjunto.

No que tange a pergunta *Como você avalia a comunicação e integração dos serviços da rede?* temos diversas respostas, que pendem para o lado positivo, mesmo que em alguns casos eles apontem a dificuldade com outros serviços de comunicação:

A gente percebe que os profissionais querem, né? Mas tem essa dificuldade dessa comunicação (JATOBÁ, 2023).

Eu creio que uma boa avaliação entre os órgãos, o que falta, mesmo que no meu ponto de vista, comprometimento das pessoas, é na participação da rede (BACURI, 2023).

A comunicação é essencial dentro de qualquer política pública, e em qualquer órgão que tem como objetivo o bom funcionamento, ou mesmo oferecer serviço de qualidade, mas ainda percebemos uma dificuldade nos ordenamentos para que haja alinhamento entre serviços, reunir se tornou difícil. Por isso mesmo devemos investigar e produzir conhecimento na área das políticas públicas sociais, como nos mostra Matos, Feitosa e Oliveira (2023):

A necessidade cada vez maior de comunicação entre os profissionais e as diversas áreas do conhecimento para uma atuação interdisciplinar e intersetorial tem enfrentado embates e dificuldades, resultando na não prática dessa atuação em rede. Portanto, buscar a origem desses embates e dificuldades que o capitalismo propõe na sua ideia individualizante é de suma importância, a fim de que sejam problematizadas e repensadas as formas de trabalho, para que de fato haja trabalho inclusivo de mútua cooperação entre os pares, interdisciplinar e intersetorialmente (Matos, Feitosa e Oliveira, 2023, p. 124).

No bojo do capitalismo e de suas contradições no trabalho interdisciplinar e intersetorial percebeu-se nas entrevistas que existem os trabalhadores convictos e desejanter a prática intersetorial e interdisciplinar, na boa comunicação entre alguns serviços e profissionais, a lógica individual está centrada nas raízes das relações intrasetoriais. Percebe-se que, na era do capital e nas constituições das redes de enfrentamento às violências diversos são os entraves para a efetivação de fato, não obstante, não se deve nomear culpados pela falta de efetivação da rede, uma vez que, vivemos em uma sociedade que prega a fragmentação e a individualidade exacerbada.

Na próxima seção vamos explorar quais as potencialidades e dificuldades que a rede de enfrentamento às violências possui no interjogo de poderes da setorialidade, do trabalho coletivo e horizontalizado, buscando evidenciar o que os profissionais disseram e como entendem a potencialidade e as dificuldades da rede.

5.5 As perguntas complicadas: Quais as potencialidades e dificuldades da rede?

Nesta seção abordaremos a concepção dos profissionais dos 4 serviços que entrevistamos e que fazem parte da rede de enfrentamento às violências. Cabe destacar que a Rede possui mais de 2 anos de existência, esse período é relativamente pequeno em comparação a outros estudos como por exemplo de Mafioletti (2018) e Lavoratti (2013), na qual as duas autoras fazem a avaliação de duas redes: Mafioletti (2018) faz a “ANÁLISE DO PROGRAMA MULHER DE VERDADE NA REDE DE ATENÇÃO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA”, no período de 1997 a 2014 e Lavoratti (2013) desenvolve a sua tese: “Tecendo a rede de proteção: desafios do enfrentamento intersetorial à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes no município de Curitiba/PR.” analisando os dados construídos do projeto de 2000-2013. Ainda assim, por serem períodos longos, consegue-se observar dificuldades nessas redes, em se tratando de comunicação, organização dentre outros fatores.

Quando perguntado sobre as dificuldades e potencialidades para os participantes, observou-se, que, eles apresentaram as dificuldades em diversos momentos assim como as potencialidades, não apenas na pergunta específica do questionário semiestruturado como observamos abaixo nos fragmentos das entrevistas:

Na rede a dificuldade que nós temos é o nosso público para trabalhar essas violências, parte mais da educação e é o que menos participa, que menos estar nas reuniões e também não temos abertura para um espaço para fazer qualquer que for de ação, nós não temos esse espaço (BABAÇU, 2023).

Eu acho que é uma questão de facilidade. pelo menos nós, enquanto secretaria de assistência social a gente tem um secretário que se preocupa, incentiva. A gente está participando. Às vezes, os outros secretários, não participam por falta de tempo e às vezes também o secretário num dá aquela devida importância que deveria dar, né? Às vezes a gente percebe isso. A gente sabe que tem dificuldade de haver profissional para participar, porque às vezes tem aquelas demandas do dia a dia que às vezes, não tem como participar, mas se tivesse mais um secretário, desse mais importância acho que dava, ou para trocar o profissional ou fazer um reagendamento. No dia, na data. Entende, isso é, que a professora procura a melhor data para todos (PEQUI, 2023).

É a dificuldade que eu percebo. Primeiramente, eu acho que a falta de ações de prevenção, por exemplo, eu não vi, vamos supor um mês importante, como o agosto lilás eu não vi campanhas de comunidade, né? para falar sobre essa problemática, falar sobre Trabalho infantil, fala sobre todas essas violências, né? Que às vezes não só física, são mentais psicológicas, né? São diversas violências que perpassa (JATOBÁ, 2023).

A dificuldade da rede de reunir todos os membros das entidades, né? Porque raramente é dificilmente participa todos, porque eu entendo que a rede é engrenagem que se um deixa de funcionar a rede deixa de ser rede e não funciona e às vezes a gente marca as reuniões, falta. Falta um membro das entidades participar da rede, então isso dificulta o nosso trabalho (BACURI, 2023).

Observa-se nos relatos que, a primeira coisa a ser falada é a dificuldade, a dificuldade em relacionar-se com outros serviços, ou mesmo a incidência de falta nas reuniões de rede de outros órgãos que fazem parte da rede de enfrentamento às violências. Percebemos nos estudos de Lavoratti (2013) e Mafioletti (2018) alguns desafios parecidos, como a dificuldade da participação dos serviços da rede não só dos profissionais como também do secretariado, como os serviços da assistência, saúde e educação. Esses serviços muitas vezes são a porta de entrada dos casos de violência, tal qual, a profissional do CREAS ressaltou no fragmento acima.

Ademais, podemos perceber que há frutos dessa rede no município que também podemos avaliar como fator positivo. Quando perguntamos: Houve alguma mudança após a implantação da rede na redução das violências? “ Não, fez foi aumentar os casos, fez foi chegar mais. Tipo assim, essas crianças que sofriam violências, depois dessas campanhas³ que chegou bastante (BABAÇU, 2023).” Ou seja, as campanhas que a rede conseguiu realizar na comunidade contribuíram para que mais pessoas pudessem denunciar os casos de violência. As potencialidades descritas pelos participantes serão descritas nos fragmentos a seguir.

(...) quando a gente tem um caso a gente traz para a rede, a gente consegue trazer resultado positivo. Por exemplo, a gente tinha um caso que estava dando bastante trabalho para a gente, né? Uma família. De baixa renda desestruturada, desestruturada financeiramente, psicologicamente. Com o trabalho da rede, todos os órgãos fazendo a sua parte, hoje podemos dizer que a família está bem psicologicamente, não está bem financeiramente, porque hoje a gente pode ganhar muito, mas não é suficiente, né? Mas amenizou muito a questão da cesta básica, de ficar pedindo. É, então, a gente vê o resultado na rede (BACURI, 2023).

O ponto positivo é justamente uma cidade pequena, né, que os serviços são próximos, né? A gente tem a facilidade de articular aquela demanda e trabalhar (JATOBÁ, 2023).

Eu acho que uma potencialidade é que uniu mais as equipes, né. A gente vem trabalhando e discutindo mais os casos, estudos de casos (...) a rede proporcionou a equipe é uma equipe unida, né. A gente consegue realmente pensar em soluções para aquela família. A rede proporcionou isso e uma das dificuldades talvez seja essa, conseguir reunir todos. Tem reuniões 1-2-3 reuniões que a saúde não participa, né. Então acaba que fica a assistência e outros, então acho que uma dificuldade seria essa (PEQUI, 2023).

Antes as pessoas não davam nada por isso, agora teve vários atendimentos através da rede que funcionou, então foi bom que as pessoas viram que é importante e a partir disso né, já fortaleceu mais (BABAÇU, 2023).

Percebemos que as potencialidades estão englobadas em aspectos que se referem: trabalho em conjunto que produz bons resultados (estudo de caso), resolutividade, articulação entre os serviços (Interdisciplinaridade), junção de saberes em prol de um objetivo em

³ A entrevistada se referiu à ação de 18 de maio que a rede se organizou para realizar.

comum. Não obstante Njaine, Phebo e Assis (2009, p. 411) Já nos alertava que, “trabalhar em rede, (...) exige objetivos consensuais, pactos para seu funcionamento e confiança para que de fato aconteça a cooperação. As autoras ainda continuam alertando que, se comunicar de forma precisa e visar a proteção social devem ser os objetivos principais para que possa haver um trabalho coerente na prevenção às violências (NJAINÉ, PHEBO E ASSIS, 2009).

Encontramos também a insegurança no trabalho regido sob contrato, uma vez que a rotatividade é um desafio na prática do trabalho em rede (Njaine, Phebo e Assis, 2009). Um dos colaboradores da pesquisa apontou sua insegurança em relação ao ano de 2024.

Então, é uma coisa que, se eu continuar trabalhando, né, que já é uma precarização do trabalho, essa insegurança de deixar o serviço, enfraquece o serviço. Essa questão da rotatividade, a insegurança que se vai estar ou não trabalhando (JATOBÁ, 2023).

O trabalho é um importante para a constituição do sujeito na sociedade, para a manutenção do status social, contudo, a precarização do trabalho é uma faceta que atingiu os sujeitos após 1970 com os modelos de flexibilização de trabalho, promovido pela crise do capitalismo (ARAÚJO E MORAIS, 2017). Ainda sim, o trabalhador deve buscar o seu meio de sobrevivência e na bagagem vem a insegurança de não trabalhar mais depois do período de férias, onde os contratos são suspensos temporariamente.

A precarização do trabalho, portanto, tem sido percebida como uma das consequências mais visíveis da flexibilização do mercado de trabalho, que preconiza a proliferação de formas de emprego de caráter flexível, das novas formas de contrato e do declínio da oferta de empregos típicos/permanentes (ARAÚJO E MORAIS, 2017, p. 02).

A rotatividade vira um desafio para a rede, a partir do momento em que faltam profissionais de um serviço para participar da rede, pois muitas vezes esse serviço que não dispõe de um profissional que faz parte da rede é a porta de entrada das violências.

Outrossim, os profissionais reconhecem a importância da rede de enfrentamento às violências como benéfico para a proteção social do município como podemos perceber na resposta a pergunta: Vocês consideram que a rede de proteção seja importante para o enfrentamento das violências dentro do município?

Com certeza, né? Porque a rede que vai estar direcionando, recebendo, atendendo, trabalhando tanto quanto chega, né? Quanto pensar em formas de trabalhar, prevenção de como estar dentro daquela violência de que aparecem mais, que o município acaba tendo. Então é a rede que vai pensar, né? Em estratégias em formas de está lidando. Se não tiver, a rede acaba ficando. Picado não é, às vezes um empurrando para o outro, não isso aqui não sou eu, não, isso aqui é você... E quando tem a rede, trabalha todo mundo junto (PEQUI, 2023).

Sim, com certeza, né? Quando estiver totalmente estruturada, né? Conforme a gente está construindo fluxo, vai facilitar o atendimento. Eu enquanto educação, eu tenho que trabalhado muito essa questão dos professores para ele entender que eles também fazem parte na rede. Às vezes o professor, ele bate de frente com a demanda, porque ele tem mais intimidade com o aluno. Ele chega ao professor, aconteceu isso e isso em casa. Aí eu tenho trabalhado para que a pessoa entenda que fala, olha você para me encaminhar, você tem ali o assistente social (JATOBÁ, 2023).

Considero sim, por ela já ter trazido muitos resultados positivos (BACURI, 2023).

É a situação também que quanto mais você trabalhar em conjunto é melhor, deixar aquele lado do individualismo de lado (MURICI, 2023)

Mesmo com todos os desafios que os participantes elencaram, a rede de enfrentamento às violências possui um lugar de destaque quanto a sua importância, tendo em vista os resultados, tal qual citou um dos participantes. Sem dúvidas vivemos numa sociedade do individualismo, da fragmentação, da setorialidade, mas ainda percebemos o esforço dos profissionais para promoção e qualidade de vida da população do município de Lajeado.

Por fim, observa-se e concordamos com Paraná (2010, p.77) que “a constituição de uma rede de prevenção à violência exige, quase sempre, um movimento mais intenso, mais contínuo, para integrar diferentes atores e equipamentos sociais” Conseguimos visualizar essas coalizões dentro da rede, alguns profissionais se movimentando em prol da comunicação flexível, e horizontalizada e não hierárquica. Os desafios são muitos, contudo percebemos que a rede possui potencialidades que foram adquiridas ao longo dos dois anos de experiência da rede, ou seja, a rede está caminhando, os profissionais entrevistados se mostraram engajados em continuar os trabalhos, caso não possuírem mais a ajuda da Prof. Dra. Juliana Biazze Feitosa, afinal, o objetivo é que a rede de prevenção às violências tenha autonomia para continuar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito se tem discutido sobre a proteção social no bojo das políticas públicas no Brasil e os seus entraves com o modelo societal capitalista, entretanto, percebeu-se que dentro de um município de pequeno porte é mais fácil implantar uma rede para facilitar as relações entre os serviços e atores sociais. Observou-se que um objetivo se mostrou condizente para que os profissionais avaliassem a tamanha importância da implantação da rede, a promoção social dos munícipes.

A formação social e territorial do Tocantins, assim como a do Brasil de forma geral, foi marcada pela violência. É importante destacar que em Lajeado-TO existe uma hidrelétrica e que durante a construção desse empreendimento produziu-se violências, sendo uma delas a retirada dos ribeirinhos, que viviam da pesca do Rio Tocantins e posteriormente foram lançados à sorte no centro urbano de Lajeado. A cidade das águas, contraditoriamente, tem problemas com o saneamento básico e paga caro pela energia, mesmo contando com a hidrelétrica.

Desta feita, a violência é uma expressão da questão social que precisa ser enfrentada por meio de mecanismos que visam a proteção social. Isso não quer dizer que seja uma tarefa fácil. Fatores como a setorialização, falta de comunicação, individualismo, fragmentação são pressupostos dos modelos atuais de muitos serviços públicos, que acabam afetando as políticas sociais.

Nesse ínterim, temos uma importante metodologia de trabalho e prevenção às violências. Cabe destacar que, não existe uma rede, existem várias, destacamos aqui, a rede de enfrentamento às violências contra criança e adolescente, a rede de enfrentamento da violência contra a mulher, rede de enfrentamento à violência contra o idoso. Não obstante, cada rede possui características próprias, pois há grande diferença entre municípios de grande porte e municípios de pequeno porte, como Lajeado-TO.

A rede de enfrentamento às violências de Lajeado-TO, implantada em 2021 e no processo ainda de implementação tem sua singularidade, é composta por profissionais da Saúde, Educação, Assistência, Ministério Público, Secretaria do Meio Ambiente e Turismo. As redes possuem um padrão funcional que deveria ser regido pela intersetorialidade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, intrassetorialidade e não hierarquização, por mais que se tenha um coordenador(a).

Se passaram mais de 2 anos desde a implantação da rede e percebemos que foram organizados alguns eventos como o 18 de Maio e diversas capacitações para os profissionais

dos diferentes serviços. Essas capacitações e eventos surgem de demandas apresentadas nas reuniões da rede que costumemente ocorrem de 15 e 15 dias.

Em se tratando dos desafios, percebemos que, ainda é possível perceber a setorialização, a individualidade e fragmentação nas falas dos(as) profissionais. A setorialização reflete nos serviços que fazem suas ações de forma individualizada, percebe-se que esses serviços que apresentam a setorialização, mostrou-se desafiador para a intrassetorialidade.

Tendo em vista que cada serviço possui um funcionamento e funciona em razão das atribuições, devem estar articulados para poderem fazer os melhores encaminhamentos, para que não haja outra violência contra o usuário. O trabalho individual e fragmentado não é benéfico às políticas públicas sociais, pelo caráter danoso aos usuários. Ainda sim, percebemos que a rotatividade dos profissionais pode ser um impeditivo também para a manutenção do trabalho em rede.

É importante destacar as potencialidades da rede de enfrentamento às violências de Lajeado-TO, dentre elas: a boa comunicação que criou entre alguns serviços, a capacidade de resolutividade de casos em tempo reduzido, a aproximação entre os profissionais. Outro aspecto importante é o aumento de notificações de violência que foi relatado nas entrevistas, o que nos indica que, a implementação está sendo realizada.

Por fim, o processo de implantação e implementação da rede de enfrentamento às violências se mostrou importante à maneira que conseguimos mapear como operacionalizar o fortalecimento dessa rede, que como percebemos ainda está engatinhando, entretanto possui um potencial reformador da realidade do município de Lajeado-TO. Nomeamos potencial reformador, pois entendemos que em meios às contradições do capitalismo nas políticas públicas sociais é impossível pensar na mudança de paradigma. A reforma sim, tem um caráter de promoção social, pois trabalha com a realidade e não com utopias de proteção social.

Nossa pesquisa possui limitações, sendo elas: não conseguimos entrevistar um profissional de cada serviço que compõe a rede de enfrentamento às violências de Lajeado, fazendo com que tenhamos um panorama da implantação e implementação de apenas alguns colaboradores. Também não realizamos a entrevista com profissionais da saúde, mesmo diante da nossa solicitação, disponibilidade de realizar na modalidade (presencial ou on-line) e no horário mais oportuno ao profissional e reconhecimento da importância dessa política na rede de enfrentamento à violência. Realizar a entrevista com esse profissional nos daria um panorama dos casos que chegaram nas Unidades Básicas de Saúde no período de implantação

e implementação da rede de enfrentamento às violências. Reconhece-se a importância do profissional da saúde e as notificações dos casos nos sistemas oficiais de governo.

A psicologia nos seus meandros têm com a população responsabilidade social, nesse sentido, busca assim como os profissionais da saúde, assistência social, educação, conselho tutelar, dentre outros a mudança da realidade social. A psicologia enquanto ciência é responsável pelos estudos e aplicabilidade dos conhecimentos aos diversos ambientes, assim como o da rede de proteção às violências.

Observou-se a falta de estudos da psicologia e suas contribuições na área de implantação e implementação da rede de proteção às violências, o que nos aponta para uma área frutífera de pesquisa de responsabilidade social e proteção às infâncias, adolescências, homens, mulheres e idosos.

REFERÊNCIAS

- AKERMAN, M. *et al.* Intersetorialidade? IntersetorialidadeS! **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4291-4300, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320141911.10692014>. Acesso em: 07 de Out. 2023.
- AMOROSO, M. R. Mudança de hábito: Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, p. 101–114, jun. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000200006>. Acesso em: 15 de Out. 2023
- ARAÚJO, M. R. M; MORAIS, K. R. S. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Cad. psicol. soc. trab.** São Paulo , v. 20, n. 1, p. 1-13, 2017 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172017000100001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 de Out. 2023.
- BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. R. Réplica - Redes são Redes ou Redes são Organizações? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 4, p. 523–533, jul. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac201410961>. Acesso em: 07 de Out. 2023.
- BELARMINO, V. H. *et al.* Reflexões sobre Práticas e Cotidiano Institucional na Rede de Proteção à Mulher. **Psicologia: Ciência e Profissão** v. 40, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/qYZLRJpVf8jxvQsSvzNXf5S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 de Out. 2023.
- BORGES, D. R. **Rio Araguaia, corpo e alma**. IBRASA, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo de 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/lajeado/panorama>. Acesso em: 20 de Out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS: População residente no Tocantins**. Brasília, 2023b. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/popto.de>. Acesso em: 17 de Out. 2023.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sidra: Banco de Tabelas Estatísticas**. Brasília. 2023c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408#resultado>. Acesso em: 07 Out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2018**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf. Acesso em: 20 de Out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e**

profissionais de saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.– 1. ed. atual. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014a. Acesso em 20 de Out. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf

BRASIL. **Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS).** Brasília, 2014b. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html. Acesso em: 07 Out. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres.** Brasília, DF: 2011a. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em: 20 de Out. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.** Brasília, DF: 2011b. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em: 20 de Out. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004;** Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 25 de nov. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf. Acesso em: 25 de nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Senado Federal, Brasília, DF: 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de Out. 2023.

BRITO, C. F. P. Implantação e (In)sustentabilidade socioambiental da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. In: **Impactos socioambientais o desafio da construção de hidrelétricas.** Organizadoras: NAVAL, L. P e PARENTE, T. G - Goiânia : Cãnone Editorial, 2009.

CALMON, P.; COSTA, A. T. M. Redes e Governança das Políticas Públicas. RP3 - **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, [S. l.], n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/11989>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CELTINS (Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins). **RIMA (Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente).** THEMAG Engenharia, Novembro 1996. Disponível em: https://www.investco.com.br/sites/edpbrlajeado/files/2rima_rel_impacto_sobre_meio_ambiente.pdf. Acesso em: 08 de Out. 2023.

CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2021**. CERQUEIRA, D. *et al*(Org)., –São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CORDEIRO, M. P.; SATO, L. Psicologia na política de assistência social: trabalho em um "setor terceirizado". **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 34, n. 1, p. 41–52, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02752017000100005>. Acesso em: 01 Out. 2023.

COSTA, D.; PEREIRA, G.; SILVA, L. **Estágio Básico de Núcleo II: fortalecimento da rede de proteção e enfrentamento às violências nos municípios de Tocantínia e Lajeado do estado do Tocantins**. Relatório de Estágio (Apresentado ao Curso de Psicologia). Universidade Federal do Tocantins. Miracema do Tocantins- TO, 2022.

COSTA, M. S. P. **Poder local em Tocantins: Domínio e legitimidade em Arraias**. tese (Doutorado em sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CHAIM, M. M. **Os aldeamentos indígenas na capitania de Goiás**. Goiânia: Editora Oriente, 1974.

DENIS, J. L.; CHAMPAGNE, F. Análise da implantação. In: HARTZ, ZMA,. **Avaliação em Saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p.132, 1997. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/3zcf/pdf/hartz-9788575414033-05.pdf>. Acesso em: 07 de Dez. 2023.

DOMENACH, J. M. La violencia. In: UNESCO (Org.) **La Violencia y sus Causas**. Paris: Unesco, 1981. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000043086_spa. Acesso em: 07 Out. 2023.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educ. Rev.** Curitiba , n. 24, p. 213-225, 2004.

DUTRA E SILVA, S. O desbravador do Oeste e as narrativas do enfrentamento e devastação da natureza na construção da Rodovia Belém-Brasília. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 23, p. 21, 6 jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/8101/5270>. Acesso em: 08 de Out. 2023.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**.- 5. ed. - São Paulo : Globo, 2006.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação**. Foz do Iguaçu, v.10, n.1, p. 41-62 1º, sem. 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143>. Acesso em: 08 de Out. 2023.

GAETA, M. A. J. V. A Cultura clerical e a folia popular. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, p. 183–202, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881997000200010>. Acesso em: 01 de Out. 2023.

GATTÁS, M. L. B.; FUREGATO, A. R. F. Interdisciplinaridade: uma contextualização. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 19, n. 3, p. 323–327, jul. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002006000300011>. Acesso em: 18 Out. 2023.

GOIÁS, Secretaria de Estado de Saúde- SES. **Rede intersetorial de atenção às pessoas em situação de violências guia orientador para gestores**. Org. Paula dos Santos Pereira, 1 ed. Goiás, 2019. Disponível em: https://www.saude.go.gov.br/images/imagens_migradas/uploads/2016/10/guia-orientador-rede-de-violencias-2.pdf. Acesso em: 17 de Setembro.

GRAZZIOTIN, L. S.; KLAUS, V.; PEREIRA, A. P. M. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. **Pro-Posições**, v. 33, p. e20200141, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2020-0141>. Acesso em: 07 de Dez. 2023.

HANADA, H.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 1, p. 33–60, jan. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000100003>. Acesso em: 01 Out. 2023.

ICS e SDSN, **O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR)**. Instituto Cidades Sustentáveis & Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável. São Paulo. 2023. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/1712009/>. Acesso em: 20 de Nov. de 2023.

INOJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos Fundap**. São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001. Disponível em: https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf. Acesso em: 01 Out. 2023.

IRIBARRY, I. N. Aproximações sobre a transdisciplinaridade: algumas linhas históricas, fundamentos e princípios aplicados ao trabalho de equipe. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 3, p. 483–490, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000300007>. Acesso em: 20 de nov. 2023.

JUNQUEIRA, L. A. P. Intersetorialidade, transectorialidade e redes sociais na saúde. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 35-45, nov/dez. 2000. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6346>. Acesso em: 01 Out. 2023.

LACERDA, T. Podem as políticas públicas emancipar?. In: LIMA, A. F. ; ANTUNES, D. C. e CALEGARE, M. G. A. (org). **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil.** – Porto Alegre : ABRAPSO, 2015. 111-128.

LAJEADO, P. M. Secretarias. **Lajeado, TO**, 2023. Disponível em: <https://www.lajeado.to.gov.br/pagina/Secretarias>. Acesso em: 20 nov. 2023

LAGE, L. N. V. Interesses capitalistas e desafios para a efetivação dos direitos sociais: ataques e regressões. **Revista Katálisis**, v. 22, n. 1, p. 120–128, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n1p120>. Acesso em: 09 Out. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. In: MARCONI, M de A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LAVORATTI, C. **Tecendo a rede de proteção: desafios do enfrentamento intersetorial à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes no município de Curitiba/PR**. (Tese de doutorado em Sociologia). PPGS- Programa de Pós Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. - Curitiba, 2013.

LAVORATTI, C.; HOLZMANN, L. Diagnóstico participativo por territorialização: instrumento de planejamento das políticas de atendimento às crianças e adolescentes. In: LAVORATTI, C (Org). **Programa de capacitação permanente na área da infância e da adolescência**: o germinar de uma experiência coletiva. Ponta Grossa-PR: Editora da UEPG, 2007.

LORENCINI, B. D. B.; FERRARI, D. C. A., & GARCIA, M. R. C. Conceito de redes. In: FERRARI, D. C. A. & VECINA, T. C. C. (Eds.), **O fim do silêncio na violência familiar**: Teoria e prática São Paulo, SP: Agora. 2002 (pp. 298- 310). Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotdca&pagfis=2266>. Acesso em: 01 de Out. 2023.

MAFIOLETTI, T. M. **Análise do programa mulher de verdade na rede de atenção à mulher em situação de violência**. Tese - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018

MARX, K. . Posfácio da segunda edição. In MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: Vol. 1. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. São Paulo: Difel, 1985, pp. 8-17.

MATOS, D. G; FEITOSA, J. B; OLIVEIRA, M. A. Interdisciplinaridade e intersetorialidade no capitalismo tardio: Compreendendo as contradições. In: CARIAGA, M. H. ; SALVADOR, M. L (Org). **Pesquisa Crítico-dialética em serviço social**. –São José do Rio Preto, SP, ed. dos Autores, PRÁXIS. editorial, 123-130, 2023

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

MELEIRO, M. L. DE A. P. *et al.* Os desafios da rede de proteção no enfrentamento à violência contra a pessoa idosa em Manaus, Amazonas, Brasil. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 24, n. 6, p. 210133, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/KJLMn3dM5nbGmYBbQbhQdjd/#>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MOTTA, F. C. P. Organização nascente, pré-capitalismo e manufatura. **Revista de Administração de Empresas**, v. 26, n. 4, p. 19–30, out. 1986. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0034-75901986000400002>. Acesso em: 09 de Out. 2023.

MOTTI, A. J. A.; SANTOS, J. V. Redes de proteção social à criança e ao adolescente: limites e possibilidades. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DA MULHER, DA INFANCIA E DA JUVENTUDE – ASBRAD. Fortalecimento da rede de proteção e assistência a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/ PR, 2008.

NJAINE, K, DELZIOVO, C. R.; OLIVEIRA, C. S. Redes de enfrentamento às violências. In: NJAINE, K *et al.* **Impactos da Violência na Saúde**.– 4.ed. atualizada – Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2020. p. 335-440

NJAINE, K. *et al.* Redes de prevenção à violência: da utopia à ação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1313–1322, 2006. Acesso em: 9 nov. 2023. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500020>. Acesso em: 09 de Out. 2023.

NJAINE, K. ; PHEBO, L. ; ASSIS, S. G. Redes de prevenção à violência no âmbito da gestão em saúde. In: Njaine, K; Assis, SG; Constantino, P. (Org.). **Impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009, v. , p.408-413. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/7yzrw/epub/njaine-9788575415887.epub>. Acesso em 20 de Out. 2023.

NJAINE, K. *et al.* Redes de prevenção à violência: da utopia à ação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1313–1322, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500020>. Acesso em: 09 de Out. 2023.

NONATO, C. Sergio Adorno: reflexões sobre a violência e a intolerância na sociedade brasileira. **Comunicação & Educação**, 20(2), 93-100, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v20i2p93-100>. Acesso em: 17 nov. 2023.

NUNES, P. F. . **Breve história de Lajeado do Tocantins**. Literatura de Guerrilha, Lajeado do Tocantins, TO, 2014. Disponível em: https://pt.slideshare.net/PedroTocantins/breve-historia-de-lajeado-do-tocantins?from_action=save. Acesso em: 9 nov. 2023.

PARANÁ´. Secretaria de Estado da Criança e Juventude. **Orientações para implementação de redes**. Organização: Oliveira, T, A. *et al.* Curitiba, PR, 2010.

PASQUALINI, J. C., & MARTINS, L. M. . Dialética singular - particular - universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**, 27(2), 362-371, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362>. Acesso em: 08 de dez. 2023.

PARENTE, T. G.; MIRANDA, C. Impactos socioculturais e gênero nos reassentamentos da Usina Luis Eduardo Magalhães - TO. **Varia Historia**, v. 30, n. 53, p. 557–570, maio 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752014000200011>. Acesso em: 9 nov. 2023.

PEREIRA, P. A. P. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: MONNERAT, G. L. ; ALMEIDA, N. L. T. ; SOUZA, R. G. (Org.). **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. 1 ed.São Paulo: Papel Social, 2014, v. 1, p. 21-39.

PIAGEM. P. P. **Dom Alano**: o missionário do Tocantins. Ed. dos autores, Goiânia, 2000.

RIBEIRO, F. M. A.; FERNANDES, F. E. C. V.; MELO, R. A. Rede de proteção a crianças e adolescentes em situação de violência na visão dos profissionais. **Revista Baiana de Enfermagem**, [S. l.], v. 35, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/42099>. Acesso em: 9 nov. 2023.

RODRIGUES, A. B. ; ARAÚJO, J. V. P. Transformar o Jeca em cidadão produtivo - eugenia e formação da nacionalidade em Goiás. In: BOARINI, M. L. (Org.). **A busca da perfeição: o ideário eugenista em pauta**. 1ª ed. Maringá: , 2019, v. , p. 07-231.

SANTOS. A. R.; OLIVEIRA, M. A.; MENEZES, M. B. **Diagnóstico participativo por territorialização de Lajeado**. Atividade de Estágio (Apresentado ao Curso de Psicologia). Universidade Federal do Tocantins. Miracema do Tocantins- TO, 2022a.

SANTOS. A. R.; OLIVEIRA, M. A.; MENEZES, M. B. **Relatório final de estágio de núcleo comum II**. Relatório de Estágio (Apresentado ao Curso de Psicologia). Universidade Federal do Tocantins. Miracema do Tocantins- TO, 2022b.

SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 293–299, maio 2012. Acesso em 05 de Outubro. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200006>

SILVA, *et al.* **Estágio Específico I e II**: formação de rede de proteção e enfrentamento às violências nos municípios de Tocantínia e Lajeado do estado do Tocantins. Relatório de Estágio (Apresentado ao Curso de Psicologia). Universidade Federal do Tocantins. Miracema do Tocantins- TO, 2021.

SILVA, S. L. **Tocantins em Versos**. 869. ed. Palmas: Editora Veloso, 2015.

SILVEIRA, A. M.; PEIXOTO, B. **Manual de avaliação de programas de prevenção da violência**. Universidade Federal de Minas Gerais. Brasília : Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.

TONET, I. Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana. **Serviço Social & Sociedade**, n. 116, p. 725–742, out. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000400008>. Acesso em: 19 de Set. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

WANDERLEY, M. B.; MARTINELLI, M. L.; DA PAZ, R. D. O. Intersetorialidade nas Políticas Públicas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 137, p. 7–13, jan. 2020.. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.198>. Acesso em: 17 de Setembro, 2023.

WARSCHAUER, M.; CARVALHO, Y. M. DE. O conceito “Intersetorialidade”: contribuições ao debate a partir do Programa *Lazer e Saúde* da Prefeitura de Santo André/SP. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 191–203, jan. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000100015>. Acesso em 17 de Set. 2023.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE LAJEADO/TO

Macroprojeto: POLÍTICAS SOCIAIS E A GARANTIA DE DIREITOS: ANÁLISES A PARTIR DA HISTÓRIA.

Pesquisadora responsável: Dra. Juliana Biazze Feitosa

Equipe de pesquisa: Mateus Araújo de Oliveira Telefone: (91) 992584341 – Pesquisadora Responsável (77) 99959-9731 – Equipe de pesquisa.

Convidamos o (a) senhor (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE LAJEADO/TO que faz parte do macroprojeto de pesquisa intitulado: POLÍTICAS SOCIAIS E A GARANTIA DE DIREITOS: ANÁLISES A PARTIR DA HISTÓRIA, coordenada pela Prof.^a Dra. Juliana Biazze Feitosa, vinculada à Universidade Federal do Tocantins - Campus Miracema - Curso de Psicologia. Analisar o processo de implantação e implementação da rede de enfrentamento à violência no município de Lajeado/TO. A relevância da pesquisa se dá pelo fato de as políticas sociais serem necessárias para minimizar os efeitos da desigualdade social e no atual momento adquirem extrema relevância, considerando o desmonte que vêm sofrendo, a falta de investimento financeiro e a privatização dos serviços públicos.

Informamos que o projeto da referida pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins - CEP/UFT, sendo aprovada por meio do parecer de nº 5.802.000. Conforme a Resolução CNS N° 466 de 2012 do Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde, os Comitês de Ética em Pesquisa são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Será muito importante a sua participação na pesquisa pelos motivos expostos e essa se dará por meio de entrevista individual.

A entrevista será previamente agendada, de acordo com a disponibilidade dos participantes. A participação é totalmente voluntária, o que possibilita a recusa em participar,

ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer prejuízo. Ao aceitar participar, será respeitado o sigilo profissional postulado no Código de Ética de Psicologia e todas as diretrizes previstas nas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde que tratam das pesquisas com seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais (RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012 e RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016). Esclarecemos que os participantes da pesquisa serão identificados com nomes fictícios, garantindo que não haja qualquer forma de reconhecimento por terceiros. As informações coletadas serão utilizadas somente para fins de pesquisa, tratadas com absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade dos/das participantes. O material resultante da gravação da entrevista e a sua transcrição será guardado em local seguro, de acesso apenas ao entrevistador e/ou pesquisador responsável. Apesar de todo o rigor descrito, cabe-nos informar que a participação na pesquisa envolve alguns riscos, a saber:

1. O participante pode se sensibilizar ao relatar a sua condição de vulnerabilidade social e dificuldade para acessar os direitos sociais, bem como o mesmo ocorrer com os profissionais das políticas públicas, ao manifestarem os desafios vividos em seu cotidiano profissional.
2. Durante a realização da entrevista o participante da pesquisa pode apresentar desconforto ao expor sua história e experiência, desencadeando memórias negativas, medo, vergonha, constrangimento, receio de revelar informações, sentimento de invasão de privacidade, entre outros sentimentos que podem ser despertados, sendo respeitado os limites impostos pelo participante da pesquisa;

A fim de minimizar os riscos citados, as entrevistas serão realizadas de forma acolhedora, amparando-se nos pressupostos da ciência psicológica, que tem como expertise o manejo do sofrimento psíquico, colaborando para a ressignificação das condições e do projeto de vida, a partir do acolhimento incondicional e das demais práticas de cuidado. O participante da pesquisa terá total apoio da equipe de pesquisadores e caso algum risco se materialize a pesquisadora responsável fará atendimentos psicológicos com o participante e se a situação persistir por um período maior realizará os encaminhamentos para os serviços de saúde que o caso requeira. Em caso de sofrer algum dano comprovadamente decorrente da pesquisa, o participante terá direito à indenização. Visando a segurança e confidencialidade dos dados, uma vez concluída a coleta de dados, o pesquisador responsável fará o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

Os benefícios desta pesquisa para você e a sociedade como um todo serão a produção de conhecimentos para qualificar a execução/criação das políticas públicas e com isso, abre a

possibilidade de melhoria das condições de vida da população. Concluída a pesquisa, o participante tem a garantia de acesso aos resultados, sendo tarefa dos pesquisadores encaminhá-los. O pesquisador estará à disposição para tirar dúvidas quanto aos procedimentos envolvidos na pesquisa.

Este termo deverá ser preenchido manualmente em duas vias de igual teor e assinado pelas partes, sendo uma via entregue a você e a outra ficará de posse do pesquisador. Destacamos que o participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado. Reforçamos que o (a) senhor (a) não pagará e nem receberá pela participação no estudo.

Eu,.....
 .declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar voluntariamente da pesquisa coordenada pela professora Dra. Juliana Biazze Feitosa,

Assinatura do entrevistado(a)

Data:/...../.....

Eu,..... declaro
 que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supracitado

Assinatura do pesquisador e RG

Data:/...../.....

Qualquer dúvida com relação à pesquisa será esclarecida com a pesquisadora: Nome: Juliana Biazze Feitosa, no endereço: Av. Lourdes Solino, 195 - St. Sussuapara, Miracema do Tocantins - TO, Cep: 77650-000. Telefone/e-mail: (45) 99942-8785, Juliana.biazze@mail.uft.edu.br. Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa será esclarecida com o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins - CEP/UFT, no endereço abaixo: ALMOXARIFADO CÂMPUS DE PALMAS, Telefone (63) 3229-4023, e-mail: cep_uft@uft.edu.br.

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Dados de identificação do participante: Tempo de atuação profissional e de participação na rede, serviço a qual está vinculado, idade, sexo e principais ações que o serviço realiza no enfrentamento às violências.
2. Quais são as principais violências que acometem a população de Lajeado e quem são o público mais vulnerável a elas?
3. O que você entende por rede de enfrentamento às violências?
4. Como funciona a rede de enfrentamento às violências de Lajeado, por quais serviços é composta e quais ações realiza?
5. Quais as potencialidades e dificuldades dessa rede?
6. Você considera que a rede de proteção seja importante para o enfrentamento das violências dentro do município? O que mudou no município após a sua implantação no que tange ao enfrentamento à violência?
7. Como essa rede poderia se fortalecer?
8. Como se dá a relação entre os serviços que a compõem?
9. Como você avalia a comunicação e integração dos serviços da rede?
10. Quais aspectos mais importantes você destaca do trabalho em conjunto com outros serviços?
11. Sabemos que trabalhar em grupo pode ser conflituoso, isso é observado na rede de proteção?
12. Você gostaria de acrescentar mais alguma informação que eu não perguntei, mas que a seu ver seja importante para o trabalho?

ANEXO A PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

ANEXO A PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Parecer do Comitê de Ética em PesquisaFUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA****Título da Pesquisa:** Políticas sociais e a garantia de direitos: análises a partir da história**Pesquisador:** JULIANA BIAZZE FEITOSA**Área Temática:****Versão:** 2**CAAE:** 47991721.3.0000.5519**Instituição Proponente:** Fundação Universidade Federal do Tocantins - Câmpus universitário de**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio**DADOS DO PARECER****Número do Parecer:** 5.082.000**Apresentação do Projeto:**

Macroprojeto de pesquisa que tem como propósito abarcar prioritariamente estudos de iniciação científica sobre a temática das políticas sociais, discutindo criticamente sua efetividade na garantia de direitos e enfrentamento aos diversos tipos de violência.

O primeiro estudo organizado intitula-se "A rede de proteção no enfrentamento à violência sexual infantojuvenil", vinculada ao eixo 2 - Enfrentamento às violências contra diferentes segmentos sociais do referido macroprojeto. Neste, entrevistaremos até cinco Conselheiros Tutelares que atuam em dois municípios do Estado do Tocantins, a saber: Palmas e Araguaína.

A segunda pesquisa planejada, ligada ao eixo 1 - Comunidades em situação de vulnerabilidade social e o acesso aos direitos sociais, denomina-se Ruralidade e desproteção social: um retrato da comunidade do Ribeirão Chupé e tem como objetivo geral compreender como a invisibilidade social da comunidade do Ribeirão Chupé configura-se como um fator de exclusão do acesso aos direitos sociais.

No eixo 3 - chamado Sistema Prisional e/ou Socioeducativo: análises sob uma perspectiva crítica poderão participar da pesquisa pessoas privadas de liberdade (adultos e adolescentes), pessoas (adultos e adolescentes) em cumprimento de medidas alternativas (semiaberto, semiliberdade,

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxarifado**Bairro:** Plano Diretor Norte**CEP:** 77.001-090**UF:** TO**Município:** PALMAS**Telefone:** (63)3232-8023**E-mail:** cep_uft@uft.edu.br

Continuação do Parecer: 5.082.000

liberdade condicional, liberdade assistida e em prestação de serviços à comunidade) e familiares de pessoas (adultos e adolescentes) em situação de conflito com a lei.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral:

- Avaliar se a execução das políticas sociais no Brasil tem de fato colaborado para universalização e garantia de direitos e melhoria das condições de vida da população.

Objetivos específicos:

- Entender as expressões da questão social, a partir da história;
- Avaliar como se dá (ou não) o trabalho interdisciplinar e intersetorial entre as políticas públicas;
- Discutir os desafios da atuação profissional nos serviços das políticas sociais, principalmente no que se refere ao trabalho do psicólogo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos envolvidos nas pesquisas vinculadas ao macroprojeto serão os participantes se sensibilizarem ao relatarem a sua condição de vulnerabilidade social e dificuldade para acessar os direitos sociais, bem como ocorrer o mesmo com os profissionais ao manifestarem os desafios vividos em seu cotidiano profissional. Face ao exposto, durante a realização das entrevistas os participantes das pesquisas poderão apresentar desconforto ao exporem suas histórias e experiências, desencadeando memórias negativas, medo, vergonha, constrangimento, receio de revelar informações, sentimento de invasão de privacidade, entre outros sentimentos que podem ser despertados. A fim de minimizar os riscos citados, as entrevistas serão realizadas de forma acolhedora, amparando-se nos pressupostos da ciência psicológica, que tem como expertise o manejo do sofrimento psíquico, colaborando para a ressignificação das condições e do projeto de vida, a partir do acolhimento incondicional e das demais práticas de cuidado.

Por se tratar de uma pesquisa em ambiente virtual existem riscos relacionados ao uso de ferramentas digitais, considerando as limitações dos pesquisadores em assegurar total confidencialidade e o potencial risco de violação dos dados. Visando a segurança e confidencialidade dos dados, uma vez concluída a coleta de dados, o pesquisador responsável fará o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

Os benefícios desse macroprojeto de pesquisa para o participante e a sociedade como um todo

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxarifado
 Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
 UF: TO Município: PALMAS
 Telefone: (63)3232-8023 E-mail: cep_uft@uft.edu.br

Continuação do Parecer: 5.082.000

serão a produção de conhecimentos para qualificar a execução das políticas públicas e com isso, abre a possibilidade de melhoria das condições de vida da população.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Nas investigações de campo utilizaremos a entrevista semiestruturada, aplicada aos profissionais e/ou usuários vinculados às políticas sociais e as pessoas em situação de vulnerabilidade social localizadas por busca ativa, considerando nossos objetivos de pesquisa. Ressaltamos que durante o período crítico da pandemia do Covid-19 as entrevistas serão realizadas por meio de plataformas digitais e/ou celular.

As pesquisas a serem realizadas se enquadrarão em três eixos centrais, a saber:

1. Comunidades em situação de vulnerabilidade social e o acesso aos direitos sociais:

Pesquisadores envolvidos: Juliana Biazze Feitosa e Wyesney Pereira Rocha.

2. Enfrentamento às violências contra diferentes segmentos sociais:

Pesquisadores envolvidos: Juliana Biazze Feitosa, Débora Matos da Gama e Mateus Araújo de Oliveira.

3. Sistema Prisional e/ou Socioeducativo: análises sob uma perspectiva crítica:

Pesquisadores envolvidos: Juliana Biazze Feitosa, Amanda Cecília Correia Silva e Isabela Ferreira Valadares.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto com autorização da instituição proponente, TCLE, TALE e termos de compromisso do pesquisador estão de acordo.

Autorização da instituição coparticipante, TCLE dos pais ou responsáveis, Projeto, e Instrumentos de coleta de dados devem ser alterados conforme lista de inadequações;

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

- TCLE pais - incluir campo de assinatura dos responsáveis ao final do do termo;

- Projeto - É necessário atualizar o cronograma do projeto atentando para o início da coleta de dados após a aprovação do CEP;

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxarifado
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
UF: TO Município: PALMAS
Telefone: (63)3232-8023 E-mail: cep_uft@uft.edu.br

Continuação do Parecer: 5.082.000

- Os instrumentos de coleta de dados e autorizações das instituições coparticipantes apresentados não contemplam o eixo 3 do projeto. Como o eixo 3 envolverá especificidades que não estão contempladas nos roteiros e não há a apresentação de autorizações das instituições dos sistemas prisionais e/ou socioeducativos, é necessário que esses documentos sejam apresentados para aprovação do projeto com a inclusão do eixo 3.

Considerações Finais a critério do CEP:

O pesquisador tem 30 dias corridos para responder às pendências com uma carta resposta. Na carta devem constar cada alteração realizada nos documentos. Nos demais arquivos que serão adicionados, deixar em destaque as alterações realizadas.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1755194.pdf	20/08/2021 15:02:07		Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Termoderesponsabilidadeusododedados.pdf	18/08/2021 18:23:44	JULIANA BIAZZE FEITOSA	Aceito
Outros	Termodeautorizaçãoregistrosaudiovisuais.pdf	18/08/2021 18:22:04	JULIANA BIAZZE FEITOSA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaraçãodecompromissodopesquisador.pdf	18/08/2021 18:21:19	JULIANA BIAZZE FEITOSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALEfinal.pdf	18/08/2021 18:13:05	JULIANA BIAZZE FEITOSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLÉpais.pdf	18/08/2021 18:12:36	JULIANA BIAZZE FEITOSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLÉfinal.pdf	18/08/2021 18:12:18	JULIANA BIAZZE FEITOSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto de pesquisa.pdf	18/08/2021 18:11:18	JULIANA BIAZZE FEITOSA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto1106.PDF	11/06/2021 11:38:36	JULIANA BIAZZE FEITOSA	Aceito
Outros	Roteiro de entrevista.pdf	27/05/2021	JULIANA BIAZZE FEITOSA	Aceito

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado
 Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
 UF: TO Município: PALMAS
 Telefone: (63)3232-8023 E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 5.082.000

Outros	Roteirodeentrevista.pdf	16:13:46	FEITOSA	Aceito
Outros	anuenciaPalmas.pdf	27/05/2021 16:08:39	JULIANA BIAZZE FEITOSA	Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 05 de Novembro de 2021

Assinado por:

PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
UF: TO Município: PALMAS
Telefone: (63)3232-8023 E-mail: cep_uf@uft.edu.br